

ATA N.º 8/2023

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO  
DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2023:

Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atouguia da Baleia, de Ferrel e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), João Manuel de Jesus Gomes (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Ana João dos Santos Lima (PSD), José Joaquim Vitorino Pedrosa (PS), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), Margarida da Silva Martins (PSD), José Monteiro Henriques Rocha (CDU) e Dina do Rosário Constantino de Carvalho (CHEGA), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para continuar os trabalhos da sessão ordinária do mês de novembro, iniciada a 24 de novembro de 2023, concretamente os seguintes pontos:

4.º - Período da ordem do dia:

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2024;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2024;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2024;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2024;

15) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2024;

16) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2024;

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se na sala vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor João Manuel de Jesus Gomes (PS) compareceu no decurso da sessão, durante a apresentação do ponto um da ordem do dia, e passou de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores António José Antunes Vieira (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), João Manuel de Jesus Gomes (PS) e José Joaquim Vitorino Pedrosa (PS), encontravam-se a substituir os senhores Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Anabela Correia Dias (PS) e Natália Susana Colaço Rocha (PS), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Daniela Ramos Santos Ferreira (PSD), João André Carvalho Neves Silva (PSD), Jaqueline Machado Salvador (PSD), Carlos Alberto Reis Silva (PS), Sandra Cristina Machado de Matos (PS), Filipe Carlos de Glória Ribeiro (PS) e Ana João Batalha Oliveira (PS) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Manuel Quinta Martins Salvador (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

Esteve, ainda, presente a Chefe de Subunidade de Finanças da Divisão de Administração e Finanças, Ana Nunes.

A sessão foi secretariada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Deu conta que, no final do dia de hoje, recebeu dois funcionários do Hospital de Peniche que o informaram de que nos dias quatro, seis e dez de dezembro, das oito às vinte horas do dia seguinte, o Serviço de Urgência Básica do Hospital de Peniche deverá fechar. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara tinha esta informação, caso não a tenha, deveria tomar medidas e a Assembleia Municipal, a confirmar-se estes encerramentos, deveria ser convocada extraordinariamente para discutir o Serviço de Urgência Básica do Hospital de Peniche.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Sugeriu que fosse feito um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Nuno Rodrigues, um trabalhador do Município de Peniche.

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Em relação à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da

Serra d'El-Rei, a senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste tem por hábito informar. Referiu que, na sua opinião, durante o próximo ano, a Comissão de Saúde deve aprofundar a estratégia do Município para a Saúde, não só o Serviço de Urgência Básica do Hospital de Peniche, mas também os médicos de família e outras insuficiências que existem. Adiantou que, logicamente não poderia desvalorizar, caso os senhores Deputados pretendam fazer esta discussão numa sessão da Assembleia Municipal, contudo, sugeriu que antes da sua realização pudessem reunir com o Conselho de Administração do Centro Hospital do Oeste, estando ou não a Câmara Municipal presente, no sentido de entender as dificuldades existentes. Acrescentou que dispunha de outra informação sobre a Saúde que não iria ainda partilhar, porque não tinha confirmação, mas contava contactar a senhora Dra. Elsa Baião.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Chamou à atenção para o encerramento do Serviço de Urgência Básica do Hospital de Peniche, porque neste momento iriam encerrar à quarta e sexta-feira, mas poderão, eventualmente, fazê-lo também ao sábado, à terça, à quinta-feira e ao domingo, ficando Peniche, a pouco e pouco, sem o Serviço de Urgência Básica que, na sua opinião, não devem permitir.

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse que partilhava das preocupações levantadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, até porque o Serviço de Urgência Básica do Hospital de Peniche é um direito adquirido pela população de Peniche que nada nem ninguém deve colocar em causa.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**10) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2024:**

A Assembleia passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 27 de outubro de 2023.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Informou que a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei propôs, por diversas vezes, uma intervenção, na sua opinião, simples que ainda não foi realizada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que tem que ver com a ligação dos pluviais em alguns arruamentos.

Manifestou o seu agrado por verificar que, atualmente, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm um cuidado muito maior no trabalho que executam, ou seja, depois da sua execução é feito um corte no piso e a pavimentação do mesmo.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei elogiou, e bem, porque é de enaltecer, mas tem que ver com o progresso natural que os serviços têm, no entanto, devia fazer-se justiça à Divisão de Obras Municipais que tem, em termos de asfaltamento, de agarrar tudo.

Relativamente à obra referida pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, lembrou que o senhor Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, Eng.º Samuel Dinis, informou o senhor Presidente de Junta que esta prevista, para breve, a execução da obra.

**Deliberação n.º 55/2023:** Submetida a proposta (n.º 20981/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2024.

**11) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2024:**

A Assembleia passou à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, tendo apenas usado da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 27 de outubro de 2023.

**Deliberação n.º 56/2023:** Submetida a proposta (n.º 20981/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2024.

**12) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2024:**

A Assembleia passou à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, tendo apenas usado da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 27 de outubro de 2023.

**Deliberação n.º 57/2023:** Submetida a proposta (n.º 20981/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2024.

**13) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:**

A Assembleia passou à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, tendo apenas usado da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 27 de outubro de 2023.

**Deliberação n.º 58/2023:** Submetida a proposta (n.º 20984/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1):

1. Conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2024, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2024, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

**14) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2024:**

A Assembleia passou à apreciação do décimo quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 20 de novembro de 2023.

**João Gomes (PS):**

Disse que:

Em relação ao Vale do Grou, têm manifestado reservas no que diz respeito ao projeto apresentado e uma das maiores despesas prevista é a aquisição de um terreno que tem o valor de um milhão e quinhentos mil euros (valor solicitado pelo proprietário), ou seja, dez euros por metro quadrado, no entanto, tratando-se de um terreno agrícola, que valerá um ou dois euros por metro quadrado, gostaria de saber se a Câmara Municipal fez a avaliação desse terreno e qual o valor real.

Relativamente à proposta para criação da Polícia Municipal em Peniche, verificou algumas das despesas com a sua criação, nomeadamente a aquisição de quatro viaturas, no total de cento e trinta e seis mil euros, a aquisição de fardamentos no valor de vinte e cinco mil euros, contratos de formação para polícias municipais, dezassete mil quinhentos e cinquenta euros, aquisição de bens e equipamento básicos no valor de sete mil e quatrocentos euros, valores estes que dão um total de cerca de duzentos mil euros de despesa. Referiu que com a criação da polícia teriam de ser criados postos de trabalho que, seguramente, terá um custo de trezentos mil euros por ano para os vencimentos e cerca de cem mil euros para despesas correntes. Adiantou que existe em Peniche existe quatro forças policiais, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana, a Unidade de Controlo Costeira e a Polícia Marítima, e se a fiscalização das praias não está a ser devidamente efetuada pela Polícia Marítima aquilo que o Município teria de fazer, na sua opinião, seria falar com o senhor Comandante do Porto de Peniche no sentido de a mesma ser efetuada e dar cumprimento aos regulamentos. Acrescentou que não faria sentido ser a Polícia Municipal a controlar o pagamento da taxa turística dos operadores turísticos, porque existem entidades a fiscalizar essa questão, nomeadamente a Autoridade Tributária e a ASAE. Questionou quanto elementos iriam compor a Polícia Municipal e qual a despesa anual prevista com a criação da mesma.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

De facto, a avaliação do terreno com maior dimensão foi feita pelos proprietários a seu pedido para que pudessem negociar com uma base e, para além disso, a avaliação é referenciada no Regulamento da zona industrial do Vale do Grou. Referiu se promoveu a sessão pública tendo como objetivo esclarecer a situação e porque, pelas manifestações demonstradas em reunião de Câmara, sentia existir falta de informação da parte dos senhores Vereadores. Indicou que existem novos interessado que lhe fazem crer que a Câmara Municipal continua atrasada, até porque a área que existe para a agricultura é residual. Explicou que, nesta situação, caso seja efetuada uma candidatura através de fundos comunitários a venda dos terrenos é feita de uma determinada forma, caso seja feito da forma desta forma não existe limite na hasta pública pois será a concorrência a funcionar. Acrescentou que este processo apenas avançará se os sete elementos da Câmara Municipal aprovarem maioritariamente a situação, caso contrário, cancela o

processo. Disse, ainda, que tendo passado muito tempo, desde a primeira avaliação, provavelmente terá de ser feita uma nova avaliação.

A Polícia Municipal terá de ser aprovada pelo executivo municipal, mas se o executivo entender que não se deve investir, não se investe, mas depois não o poderão acusar que há falta de polícias. Expressou que a possibilidade de constituir a Polícia Municipal tinha muito que ver com as praias e todos tinham conhecimento da sobrecarga que existe no verão. Adiantou que a perspetiva seria a taxa turística pagar a Polícia Municipal e se conseguirem será uma vitória para aqueles que acreditam que ela será essencial. Disse, ainda, que está previsto fazer um acordo com os concessionários de praia que têm duas viaturas e que terão nadadores-salvadores. Em relação à fiscalização da taxa turística, referiu que existe dois setores que provavelmente será fácil de acompanhar e controlar o pagamento desta taxa, a hotelaria e os parques de campismo, mas e o alojamento local, será controlável? Referiu que a Polícia Municipal terá preparação para intervir na fiscalidade da Câmara Municipal, porque não irão recrutar uma equipa de fiscais como chegou a existir, o objetivo é ser a Polícia Municipal a ter essa competência.

**João Gomes (PS):**

Disse que as atividades referidas poderiam ser efetuadas pelo Serviço de Fiscalização da Câmara Municipal, bastava aumentar os recursos humanos no serviço de fiscalização, não existe necessidade de criar uma Polícia Municipal. Adiantou que, na sua opinião, a receita prevista da taxa turística poderia ser utilizada para outras atividades no concelho.

Em relação à questão dos terrenos, disse que o proprietário poderia pedir o valor que entender, contudo, a Câmara Municipal tem poderes para expropriar o terreno e pagar o valor justo ao proprietário, até porque o que os proprietários pretendem é que a Câmara Municipal invista para rentabilizar, mas havendo interessados eles que avancem com o investimento. Referiu que a Câmara Municipal não deve pagar um milhão e quinhentos mil euros por um terreno sem fazer uma avaliação, apenas porque o proprietário do terreno entende que o valor de dez euros o metro quadrado é justo.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

A avaliação consta no Regulamento da zona industrial do Vale do Grou e o valor para aquele terreno é de dez euros o metro quadrado que a Câmara Municipal não é obrigada a pagar. Quanto à opção referida pelo senhor Deputado João Gomes no sentido de ser os proprietários a avançar com o investimento, disse que essa foi a sua primeira tentativa, daí ter estado reunido, várias vezes, com alguns empresários para que fossem eles a investir, mas quando procuraram ir para unidade operativa número cinco, que se encontra junto à Hortapronta e junto à estrada que liga Atouguia da Baleia ao Lugar da Estrada, avaliaram as áreas dos terrenos e caso avançassem para o investimento iriam ter de tratar das infraestruturas que faltam, uma delas o saneamento que será até à fábrica da A. Ramos & Costa.

**Vítor Agostinho (CDU):**

Disse que a sua intervenção seria em nome da Bancada da Coligação Democrata Unitária:

*«A apresentação e os conteúdos das Grandes Opções do Plano (GOP) são dois instrumentos da responsabilidade de quem dirige os destinos de uma autarquia. Para a Coligação*

*Democrática Unitária a responsabilidade dos documentos em apreciação são de quem preside os destinos desta autarquia.*

*Numa leitura reflexiva, atenta e cuidada ao documento passamos a expor a nossa apreciação crítica. O documento aponta para uma elevada dificuldade que o executivo teve em implementar o orçamento proposto para 2023, expresso num conjunto de investimentos previstos e não concretizados. Permita-nos referir um conjunto de obras do investimento expresso no referido documento tais como: construção e requalificação do parque habitacional público do concelho, via IHRU; construção do quartel da GNR; Museu Municipal; aquisição dos terrenos do Vale do Grou; concluir o Plano Diretor Municipal entre muitos outros projetos.*

*Afirmava-se então, “o ano de 2023 será o ano para se elaborar e aprovar estes projetos”, mas tais projetos e promessas não se concretizaram, aliás, os números da execução orçamental assim o confirmam.*

*Face ao que enunciámos ficamos preocupados, mais ainda ficámos com o avançar na afirmação desta política após a leitura da proposta para 2024 assente em dois pontos. No primeiro ponto estranhámos a ausência de qualquer referência a projetos anteriores, tais como: a construção do quartel da GNR; a reabilitação do Forte da Consolação; a eclusa; o Museu Municipal, entre outros. Num segundo ponto e quanto ao que se propõe e que constatamos que se trata de um documento que contém muito pouco de GOP's, e muito conteúdo, não passando de um mero projeto de intenções.*

*Sobre as Grandes Opções do Plano para o próximo ano, procuramos restringir-nos ao essencial, não podemos deixar de referir ainda algumas oportunidades que o novo quadro comunitário do apoio 2030 nos pode trazer e em breve nos abrirá portas para que aproveitemos (lê-se na página 4). Uma leitura sucessiva de promessas que claramente define a forma como o mandato tem vindo a ser conduzido, muitas promessas, poucas realizações. Podemos ler que estão já enunciados e é necessário considerar como prioridades fundamentais para a melhoria das condições de vida e desenvolvimento do concelho a Educação, a habitação, a Estratégia Local de Habitação e o desenvolvimento da zona industrial do Vale do Grou, são as áreas que devem merecer maior determinação e quando se diz que a Educação é uma prioridade, confrontamo-nos com os números orçamentados que não correspondem a tal, pois são valores que dão para meras reabilitações e não investimentos de futuro em consonância com o preconizado na Carta Educativa, para além de não haver uma única referência à construção do novo Hospital do Oeste e a sua articulação com o Hospital São Pedro Telmo, mas há outros temas que nos causam preocupações, tais como as diversas concessões municipais que continuam por resolver: Parque de Campismo, Sportágua, Tasca Areia, Nau dos Corvos, café do Porto da Areia Sul, que estão todos encerrados. Os projetos para a Rua 13 Infância, zona nobre da cidade e recuperação das antigas cadeias não se conhecem. Nas GOP's não existem referências a múltiplos projetos passíveis de candidatura ao quadro comunitário 2030, tais como: limpeza das Muralhas, Morraçal da Ajuda, Forte das Cabanas, cais das gaiotas e terceira fase do Fosse da Muralha. Não existe nas GOP's uma aposta que se imponha na reabilitação dos parques infantis do concelho, o ambiente e a limpeza deve merecer a nossa maior atenção, designadamente a lavagem regular dos contentores e a retirada das ervas, a ausência de um plano concelhio de asfaltamento de arruamentos, a ausência de respostas de sustentabilidade social às pessoas com maior vulnerabilidade, tais como crianças e idosos, a ausência de uma política de desenvolvimento para a Área do Turismo sem um plano de animação territorial que promova a coesão social dos que cá estão e dos que nos visitam. É que vários dos investimentos a concretizar vinham do mandato da Coligação Democrática Unitária, tais como: o Centro Cívico Intergeneracional Rogério Cação, afinal a prometida grande mudança não se verificou.*

*Face ao reporte que aqui apresentamos e às conclusões a que chegamos, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento e o plano de pessoal não merecem o voto favorável desta bancada, por isto iremos optar pela abstenção.*

*Peniche precisa de uma gestão municipal diferente, participada, envolvendo todos na construção de um concelho melhor.»*

**Luís de Almeida (PSD):**

Disse que:

O Partido Social Democrata concordava com muitas das coisas que foram mencionadas pela Bancada da Coligação Democrata Unitária. Perguntou qual era a perspetiva de candidaturas, no sentido de alavancar o que está referido no documento, porque muitas vezes o que refere como candidaturas, depois não aparece projeto nem está referido no documento, ou seja, dá a ideia de que a Câmara Municipal não se muniu da sua parte de investimento para beneficiar, posteriormente, das candidaturas.

Em relação às Grandes Opções do Plano, verificaram que existe cinco obras acima dos cem mil euros, a Piscina Municipal, a Escola Básica 2, 3 de Atougua da Baleia, a antiga cadeia sita na Rua 13 Infanteria e, curiosamente, a estrada do Báltico, porque é referida com o montante de quatrocentos mil euros, mas já vem de trás, portanto, muitas das obras estão expostas, mas depois não se concretizam, logo, presumem que, tal como aconteceu em 2023, em 2024 será essa realidade e, também, o jardim municipal, obras estas que perfazem um valor de cerca de um milhão de euros, o equivalente a três por cento do total do orçamento que será na ordem dos trinta e três milhões e setecentos mil euros.

O plano de atividades da Câmara Municipal reflete a forma de gestão deste executivo e, ao analisar, as funções gerais correspondem a 61% do previsto no orçamento, as funções sociais a 12%, as funções económicas a 1% e outras funções a 5% havendo um desequilíbrio. Referiu que é sabido que a mão de obra representa cerca 48% ou mais dos encargos do município e está aqui um problema de gestão que tem de ser pensado e resolvido. Adiantou que a Câmara Municipal investiu muito em pessoal e no cronograma, mas o cronograma sem uma política organizacional intensa, sem uma formação dos trabalhadores intensa, sem uma definição clara das atribuições e funções das chefias intermedias que são mencionadas no documento, acaba por, eventualmente, corresponder a um gasto, mas não ter a correspondência, eficiência e eficácia do funcionamento da Câmara Municipal. Expressou que o Partido Social Democrata entende que, provavelmente, a percentagem das funções sociais será pouco, mas é gritante a das funções económicas que, não estando representadas neste plano, é totalmente residual, portanto, mostrando bem que a Câmara Municipal, no que diz respeito às preocupações empresariais, tem muito poucas. Uma vez que há responsabilidades que passaram do Governo Central para os Municípios relacionados com o Porto de Pesca, perguntou se não se previa nenhum tipo de cargo com a intervenção no Porto de Pesca. Presumiu que devia existir uma pequena previsão do que eventualmente seria necessário, em termos de intervenção, nesta nova responsabilidade. Disse, ainda, que este executivo aparentemente, vai resolvendo as coisas com dinheiro, foi dessa forma que propuseram o parque industrial, não tem projetos concretos que possam ser o princípio da candidatura, ou seja, são reativos às candidaturas, elas abrem e tenta encontrar-se algo para beneficiar das mesmas, e essa reatividade pesa muito, em termos do que poderiam usufruir. Acrescentou que em relação à mão de obra os custos são muito elevados, não acreditam que haja muita organização, desconfiam muito da descentralização e não sabem se existe confiança nas chefias intermédias para ela desenvolverem o seu trabalho.

Uma outra análise que fizeram foi relativamente aos eventos e o que iria dizer era pessoal, não correspondia, certamente, à opinião da Bancada do Partido Social Democrata. Disse que tem muitas reservas em relação ao dinheiro que se gasta na recreação, na sua opinião, um concelho pobre tem de ser muito mais moderado nesta rubrica, ou seja, tudo tinha de ser muito mais planeado e tinha de se perceber as consequências do investimento que se faz. Indicou que, na sua opinião, se gastava muito dinheiro mal gasto em pequenos eventos que não têm consequência nenhuma, no entanto, quem quisesse fazê-los teria de encontrar maneira de os fazer, o município deve fazer os grandes eventos. Adiantou que na análise que fez aos eventos e aos apoios à Cultura e ao Desporto corresponde a 7% do total do orçamento que lhe parece bastante razoável, o mal é que isto não corresponde à realidade, no entanto, estranharam que para o Campeonato do Mundo de Surf apenas estejam previstos três mil e seiscentos euros.

Não encontraram verba para a festa em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem e também lhe pareceu que, definitivamente, foi abandonada a intenção de realizar a Bienal do Mar, porque não há qualquer referência, no entanto, é gasto para o Carnaval de Inverno e Verão oitenta e oito mil euros, que pode até perceber por ser importante para a população de Peniche, ou seja, não se deve fazer tudo em prol do Turismo, deve fazer-se muita coisa em prol da população e acredita que o Carnaval seja um motivo de regozijo.

O serviço da dívida custa cerca de setecentos e noventa e três mil euros por ano correspondendo a 2,4% do total do orçamento, uma dívida na ordem dos cinco milhões de euros. Questionou se este valor corresponde.

Tendo em conta que o parque escolar está a necessitar de obras, talvez fosse interessante enveredar por uma lógica de Campus destinados a escolas de 1.º, 2.º e 3.º ciclo, porque todos os serviços estariam mais centralizados, os custos eram menores e os serviços aos alunos, certamente, seriam melhores, ou seja, teriam uma boa possibilidade de otimizar.

Em relação à Polícia Municipal, não discutiram o assunto internamente, por isso não tinham uma posição, mas pessoalmente vê muita dificuldade na questão das praias e pensa que, caso se decida avançar com a Polícia Municipal, será muito interessante que haja uma política ou uma estratégia que envolva a contratação dos Nadadores-Salvadores, ou seja, talvez pudesse existir uma perspectiva de ligação com todos os concessionários e seriam estes a pagar esta polícia, pois os concessionários de praia não têm sensibilidade para a contratação dos Nadadores-Salvadores e têm sempre muitíssimas dificuldades, ou seja, poderia haver alguma otimização desta questão. Acrescentou que para além disso existe o problema do Inverno, porque as nossas praias são muito frequentadas no Inverno pelos desportos aqui praticados e deve ser garantido um corpo mínimo de Nadadores-Salvadores.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Os Fundos Comunitários 2030, infelizmente, só agora estão a ser fechados entre os municípios, têm estado a ser negociados, mas também já foi referido que a verba para o Município de Peniche é de dez milhões, contudo, conseguiram felizmente ir buscar verbas noutro lado, porque os dez milhões não davam para a Escola Básica 1,2,3 de Peniche e, provavelmente, para as necessidades do concelho poderiam falar em cento e cinquenta milhões. Referiu que estão a preparar a segunda fase das Muralhas e espera, a curto prazo, ter o projeto pronta para candidatar. Reforçou que o projeto de ampliação e

reabilitação das Piscinas Municipais estava a ser preparado para ser presente em reunião de Câmara Municipal, a última fase da envolvente do Fosso da Muralha também está a ser trabalhada, no entanto, existe um estudo prévio. Indicou que uma parte desta discussão poderia ser feita na apresentação das contas, nomeadamente a Educação, mas também os Recursos Humanos, mas vão separar a Educação e fazer a comparação e todos serão surpreendidos. Referiu que, em termos de despesa na Educação, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal terão de analisar os números existente e se quer ou não que se continue a prestar os serviços que o Município presta, com verbas consideráveis, porque existe mais recursos humanos contratado para as escolas por opção política e quando o assunto é discutido, em termos de executivo municipal, entendem que mesmo assim é insuficiente, mas, na sua opinião, deve ser feita a ligação para que todos percebam aquilo que estão a falar.

Em termos de projeto, estão preparados: as Muralhas de Peniche, o Fosso das Muralhas que tem um estudo prévio, a Escola Básica de Peniche que tem a candidatura feita, a Estrada Marginal Norte está na fase final e o estudo prévio não está terminado por causa das negociações que tem ocorrido com a Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente a questão das águas pluviais e a sua centralização num menor número de saídas, o Portinho do Meio, uma obra que ronda os quatrocentos mil euros, e refere-se às duas rampas, às escadas, à requalificação das Muralhas e no varandim situado na Avenida do Porto de Pesca. Em relação à Eclusa, referiu que o protocolo com a Docapesca foi acordado em 2020, mas apenas foi assinado há cerca de dois meses. Deu conta que a Eclusa será para se avaliar e ver se pretendem ou não, porque para utilizar o espelho de água do Fosso a Eclusa terá de ser construída.

O Porto de Pesca se mantinha na responsabilidade da Docapesca. Informou que zona transferida para o Município foi o limite nascente dos Estaleiros Navais e aquilo que se pretende é avançar para um projeto de requalificação entre os Estaleiros Navais e o rio, assim como é necessário requalificar toda a zona envolvente ao restaurante que ali se situa que, sendo um caderno de encargos elevado, será também uma oportunidade. Disse, ainda, que toda a zona portuária pertence à Docapesca e a zona que ficou na responsabilidade do Município é a zona do Clube Naval de Peniche e aquilo que ficou combinado, entre o Presidente da Câmara e o Presidente do Conselho de Administração da Docapesca, foi que a Docapesca iria entregar as massas asfálticas para o Município aplicar na zona mais degradada. Indicou que foi também transferido o Fosso, o Forte das Cabanas que está a ser tratado, em termos de projeto de execução das Muralhas, e a zona do Porto da Areia Sul.

Neste momento estão a desenvolver o programa para elaborar o projeto das Piscinas Municipais, uma vez que havia sido contratado o levantamento do edifício, o investimento e tinham perspetivado que o equipamento que teriam de adquirir, caso avançassem para a ampliação, se serviria ou não para a ampliação, mas a cobertura será substituída em agosto de 2024. Referiu que existe também o projeto do Morraçal da Ajuda, mas há outros.

A execução dos orçamentos sempre foi assim, ninguém executa o orçamento na totalidade.

As infraestruturas do quartel da GNR estão a ser construídas e serão pagas pela Câmara Municipal, cerca de quatrocentos mil euros, tendo sido acordado a Administração Central elaborar o projeto de execução do edifício, contudo, a Câmara Municipal disponibilizou-se para assumir a responsabilidade de executar a obra do

quartel da GNR recebendo a verba, caso a Administração Central não pretenda executar diretamente.

Relativamente à zona industrial de Vale do Grou, se não for autorizado avançar com o projeto conforme proposto, com aquela engenharia financeira, não avançará, mas não poderão dizer que o Presidente, Henrique Bertino, não quis avançar.

Quanto ao Museu Municipal, poderiam falar em duas perspetivas, uma tem que ver com um projeto que se encontra elaborado e que será presente em reunião de Câmara assim que a situação relativa à Fortaleza de Peniche esteja definida e custará cerca de meio milhão de euros, depois poderiam ainda pensar que podem surgir outras alternativas, em termos de investimento.

Em relação à Educação, a Carta Educativa é clara e nunca houve uma perspetiva e uma evidência em termos de projetos e de vontade. Adiantou que uma parte do que é hoje a Carta Educativa vem de trás e está de acordo com elas, até porque as defendeu no momento certo, mas se a Escola Básica de Peniche

O novo Hospital do Oeste não precisa estar referenciado, até porque não é uma responsabilidade da Câmara Municipal, apenas foi prestado o apoio necessário e aquilo que esperam é que o hospital seja construído rapidamente. Referiu que gostariam de ter um bom Serviço de Urgência Básica, mas todos veem as notícias e ouvem as dificuldades com a contratação de médicos e a gestão das carreiras.

Relativamente às concessões, existem de facto coisas em atraso e queriam ver algumas delas avançar. Indicou que a obra de requalificação do arruamento da Rua 13 Infantaria iria avançar em breve, a obra do Centro de Ciência Viva cujo valor estimado da obra, quando entrou, era de quinhentos mil euros, mas como o valor era elevado tentaram apresentar a candidatura para um outro projeto de execução que não foi aprovada, contudo, está previsto em orçamento a colocação da cobertura.

Sobre o asfaltamento, após trinta anos de reivindicação por parte da população do Casal da Fonte aquela área foi asfaltada, esta semana iniciaram a asfaltar na Consolação, mas tiveram de parar porque a temperatura baixou, está previsto em orçamento a verba necessária para a Estrada do Béltico e pensam asfaltar também em Reinaldes, em Ferrel, dentro da cidade de Peniche há diversas ruas que necessitam ser alcatroadas, São Bernardino está praticamente tudo alcatroado, em Geraldos os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento irão repor o asfaltamento e melhorar aquela área e espera em 2024 dar um grande avanço, mas existe planeamento.

A Câmara Municipal procura apoiar as instituições, mas dando de um lado não será possível colocar noutra, a questão da Bienal, em termos de orçamento rondava os trezentos mil euros, o Carnaval, acabariam com o de Verão ou o do Inverno.

O Município de Peniche, em termos financeiros diretos para o Campeonato do Mundo de Surf não entra com muito capital, mas tem toda a parte logística. Expressou que o objetivo seria apresentar uma candidatura, até porque este é o maior evento, em termos de prospeção mundial, e não podem deixar acabar esta prova.

O Município de Peniche tem vindo a reduzir a dívida e está preparado para todos os investimentos que possam surgir e, em termos de investimento, a previsão é que uma grande parte desse investimento seja, em 2025, com todos os concelhos. Adiantou que a dívida feita para o financiamento da componente financeira das candidaturas não é contabilizada para o plafond de endividamento, logo, não há nenhuma obra que não avance por isso. Acrescentou que têm aumentado também o plafond do endividamento e tinham calculado um investimento para a zona industrial de Vale do Grou de aquisição

e de infraestruturas de cerca de cinco milhões e quinhentos mil euros, logo, o plafond passa de oito milhões e a perspectiva de investimento é de quatro anos.

Sobre as escolas e o Campus, está na Carta Educativa. Referiu que a Escola Básica de Peniche, a alteração e a ampliação, prevê a requalificação, mas as Escolas n.º 3, n.º 5 e o Jardim de Infância serão encerradas, ou seja, haverá uma concentração, porque ao contruir a Escola de Dom Luís de Ataíde com as valências de 1.º ciclo e de Jardim de Infância e com a ampliação da Escola da Prageira, passará a existir quatro polos e as escolas pequenas desaparecem.

Relativamente aos Nadadores-Salvadores, estão a desenvolver um processo, há cerca de um ano e meio, com os concessionários de praia e o objetivo era o mesmo ter entrado em funcionamento em 2023, e o interessante será formular um protocolo com uma associação.

**Luís de Almeida (PSD):**

Disse que nunca pensou acabar com o Carnaval, a única questão que colocou foi se o montante previsto não seria exagerado.

Referiu que não obteve resposta sobre a festa em Honra de Nossa Senhora Da Boa Viagem, mas ficou curioso por não estar referido.

Sobre a Educação e os seus custos, concordou com o senhor Presidente da Câmara e acredita que foram transferidos para a Câmara Municipal custos muito superiores às verbas enviadas pelo Governo Central, mas a partir do momento que é a Câmara Municipal a ter a responsabilidade de suportar os custos com a Educação, terá de ter também uma ação forte na gestão e duvida que ela seja bem executada. Disse, ainda, que o Campus poderia, eventualmente, ser subsidiado para venda de algumas escolas que fiquem desativadas.

Indicou que não sabia se a questão do Museu poderia ser uma oferta envenenada, porque o município irá gastar quinhentos mil euros, de acordo com a informação do senhor Presidente da Câmara, em assuntos museológicos que têm que ver com a resistência e não com a nossa identidade no seu total.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que relativamente ao Museu em altura própria a Câmara Municipal teria de decidir.

Referiu que o apoio à festa em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem seria para manter, até porque a única pessoa que levanta questões, em relação a apoios a eventos que apresentam lucro é ele próprio, contudo, admitiu que a Câmara Municipal tem de apoiar, mas poderá existir alguma injustiça em relação a outros eventos que não têm lucro e esta é uma questão que terão de discutir. Indicou que o apoio para a festa em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem de Peniche, da Festa de Nossa Senhora da Guia de Ferrel e a festa em Honra de Nossa senhora da Assunção de Atouguia da Baleia estão garantidos.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse que:

Relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento, assinalou algo que nunca aconteceu nos dez anos que faz parte desta Assembleia Municipal, que foi chegar à reunião do estatuto de oposição e não existir um único documento para ser entregue aos representantes dos partidos revelando alguma desorientação e isso é visível no

documento. Referiu que o documento é um pouco desarticulado, com ideias avulsas e sem uma linha orientadora com uma estratégia. Referiu que o documento, estando desarticulado, acabava por colocar uma série de obras, projetos e intervenções sem uma definição de prioridades, deixando a sensação de que os projetos são colocados no documento, mas o que se pretende fazer em 2024, na realidade, não serão realizados, portanto, deveriam ser mais realistas na criação destes documentos para não criar falsas expectativas, não só aos eleitos, mas principalmente à população de Peniche. Expressou que as Grandes Opções do Plano são um conjunto de intenções do executivo para um determinado ano civil, mas parecem um conjunto de intenções para realizar durante um período temporal que não se sabem qual é.

Em relação à zona industrial de Vale do Grou, falou-se em dois empréstimos, cada um deles com um valor superior a dois milhões de euros e o Partido Socialista já manifestou as suas reservas relativamente a este assunto, que não é prioritário, porque não existe um plano ou um estudo de viabilidade que mostre o conjunto de empresas que estão interessadas, que mostre a viabilidade financeira do projeto e o impacto financeiro que isso tem nas contas do município.

Poderiam verificar no documento que o investimento para o Mercado Municipal era de cinquenta mil euros e sabe-se que este montante não chega para reabilitar, dignificar e dar as condições de higiene e segurança àquele edifício.

O espaço multiusos, tão necessário em Peniche, não é referido.

A estratégia de desenvolvimento sustentável local não existe no documento, deveria haver a promoção do território, dos nossos produtos e a criação de serviços de proximidade para a população, assim como, a criação de condições de melhor qualidade para a população.

São também uma grande preocupação do Grupo do Partido Socialista, as concessões camarárias, o espaço público que se encontra degradado e as estradas que estão em péssimo estado nas várias freguesias, para além do desinvestimento na área da Cultura e deu como exemplo o Centro Cívico Intergeracional que no orçamento do ano de 2023 tinha, a partir de agosto, cerca de duzentos mil euros de verba e para o total do ano de 2024 tem apenas cinquenta mil euros para a programação cultural.

Sobre a questão da Saúde, existe uma referência nas Grandes Opções do Plano e sobre a concretização do novo Hospital do Oeste. Referiu que seria interessante fazer o debate sobre este assunto, nomeadamente sobre o Hospital de Peniche, até porque, na sua opinião, deveriam centrar-se no nosso hospital e encaminhá-lo para um modelo de hospital de proximidade.

Na despesa corrente, no valor de vinte e quatro milhões de euros, verificaram que metade do valor é para despesa com pessoal, uma preocupação do Partido Socialista uma vez que condiciona outros possíveis investimentos.

Na opinião da Bancada do Partido Socialista, o documento poderia estar muito mais bem construído, está um pouco pobre na sua argumentação e por vezes quase que parecia um manifesto partidário. Pensam que poderia ter existido uma oportunidade de negociação entre as diversas forças políticas e com as Juntas de Freguesia, até porque, em 2021, aquilo que os eleitores fizeram quando votaram foi dar força igual a três forças políticas, dividindo o executivo camarário em Vereadores de diversas forças políticas e, ao longo destes anos, deveria ter havido uma constante negociação em prol de Peniche, era isso que a Bancada do Partido Socialista esperava, mas que nunca aconteceu e lamentam.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

As negociações prossupõem propostas e não sabe se elas foram feitas. Referiu que as Grandes Opções do Plano é um documento político que pode ser feito como foi este ano, mas no próximo ano podem fazer um documento mais técnico do que político. Explicou que quando negociam e ao mesmo tempo fazem propostas têm de dizer de onde é retirado, porque o orçamento é aquele, ele é construído na base de números sérios que em termos de receita podem ser ultrapassados e ajustam a intervenção em função disso, mas quanto mais abertura dão para fazer despesas que podem ser consideradas supérfluas terão de ter cuidado, porque têm pouco dinheiro e têm muito onde gastar bem. Adiantou que querem continuar a fazer o Carnaval, se for possível fazer a Bienal do Mar, apoiar as associações como nunca ninguém apoiou e outras intervenções.

Na apresentação de contas irão discuti-las como ninguém discutiu e será evidenciado onde é gasto o dinheiro, pois acredita que estão muito mais preparados do que quando lhes foi entregue a descentralização de competências da Educação.

A questão da Saúde e do hospital de proximidade, na sua opinião, é um bom tema para os partidos na região e em Peniche em concreto falar nele e assumir responsabilidade, não é a Câmara Municipal que vai definir. Referiu que, enquanto autarcas, poderiam dar uma ajuda em termos de intervenção, de discussão e de avaliação, acha isso importante e acha também que têm a obrigação de fazer um documento estratégico, mas logicamente todos sabem o que o Governo pensa em relação à Saúde, mas os partidos têm de o dizer e os militantes têm de dizer ao que vêm, como em termos de futuro em relação a outras áreas.

Relativamente às negociações, o Partido Socialista esteve na gestão da autarquia até ao mês de agosto e, logicamente, aceitaram propostas e se quiserem fazer propostas em termos das GOP e do Orçamento podem estudar essa questão, mas têm de as fazer.

**Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):**

Disse que:

O orçamento é de trinta e três milhões setecentos e cinquenta e nove mil euros, e tem uma quebra em relação ao orçamento anterior que se situava nos trinta e quatro milhões setecentos e nove mil euros. Indicou que esta quebra tinha que ver, essencialmente, com o facto de estar no final de um quadro comunitário, ou seja, as candidaturas estão a finalizar, as verbas disponíveis são cada vez menos e a quebra tem que ver essencialmente com isto.

Em relação à execução orçamental, à data de hoje, é de 77,1%, contudo, falta entrar cerca de três milhões de euros, em termos de Impostos, significando que poderão fechar com vinte e seis milhões de orçamento real. Referiu que o equilíbrio financeiro entre a receita e despesa está totalmente garantido e em relação à dívida, a previsão de dívida para 31 de dezembro de 2024, que está neste momento no novo orçamento, é de quatro milhões seiscentos e quinze mil euros, portanto, a dívida baixará bastante e a margem disponível para endividamento se situará nos oito milhões setecentos e cinquenta e nove mil euros.

Em termos de receitas, para os impostos é feita uma média dos últimos vinte e quatro meses e é isso que está refletido no orçamento, em termos de taxa turística o que está refletido no orçamento são cerca de trezentos mil euros, a prestação por parte da Valor Sul é de quatrocentos mil euros e por parte da metrologia mais trinta mil euros.

Relativamente às rubricas relacionadas com a Cultura, com o Turismo e com os eventos, a Cultura tem em orçamento novecentos e dez mil euros para o ano inteiro e tem programação cultural e inclusivamente do Centro Cívico Intergeracional que lhes permitirá ver, entre uma ou outra, o que a Câmara Municipal pode gastar ou não. Explicou que o facto de estar mencionado programação cultural CCI lhes permite ver o que podem ou não gastar, não significa que vão gastar aquela verba. Em termos de investimentos para os eventos, indicou que não estão a prever nada de extraordinário, a tendência será diminuir.

Em termos de Associativismo, os subsídios que estavam previstos e que foram atribuídos no ano anterior são os que estão atribuídos para o próximo ano.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que estava previsto para o Mercado Municipal ser feito um investimento no início do ano com um conjunto de alterações, pretendem transferir a secção do peixe para o piso de baixo, pensam adquirir uma câmara frigorífica para colocar no rés-do-chão substituindo a que existia no primeiro andar e estão a avaliar a aquisição de alguns equipamentos no sentido de melhorar a exposição dos produtos que se encontram à venda, pretendem libertar os corredores e terão de reestruturar. Informou que grande parte das alterações será feita com a mão-de-obra da Câmara Municipal, ou seja, são verbas prevista na manutenção.

Em relação ao cemitério de Ferrel, deu conta que a questão está a ser tratada pela senhora Vereadora com o Pelouro das Freguesias e com o senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança e logo que haja respostas da CCDR o investimento avançará, mas a decisão não depende do Presidente de Câmara, depende de um parecer favorável.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Reafirmou que não está contemplado em orçamento uma verba para o cemitério de Ferrel e contestou o facto de ter de votar um orçamento que, para a Cultura, irão tirar de um lado e colocar noutra, o cemitério não tem qualquer verba prevista porque se vai buscar a outro lado, ou seja, não sabem o que estão a votar e é complicado votar um documento assim. Perguntou se existia ou não disponibilidade financeira para isso.

**Vereadora Ana Rita Petinga (GCPP):**

Disse crer que o senhor Deputado Henrique Estrelinha tenha verificado que existe uma verba de quarenta mil euros para apoio das freguesias no que diz respeito ao investimento e, obviamente, que está contemplado o cemitério de Ferrel.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Referiu que existe a intenção desde há muito tempo e as verbas não têm de estar consideradas, porque quando for necessário o montante é transferido. Por outro lado, o saldo de contas de gerência tem de ser aplicado e aproveitam essas verbas para reforçar algumas rubricas. Adiantou que se a CCDR fizer a aprovação do alargamento a Câmara Municipal fará o investimento, isso já foi assumido muitas vezes.

**Luís de Almeida (PSD):**

Foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que os partidos não discutem os assuntos nem fazem propostas, mas a Bancada do Partido Social Democrata já falou na

possibilidade de haver uma Assembleia Municipal para discutir o parque industrial e uma Assembleia Municipal para discutir as questões do Museu, portanto, não é legítimo que seja referido que não fazem propostas de discussão dos assuntos.

**Dina Carvalho (CHEGA):**

Disse que quando leu o documento ficou animada, porque achou que tinha uma preocupação fortemente social e progressiva subjacente, e os pilares basilares são a Educação, a habitação e o desenvolvimento económico através do investimento da zona industrial do Vale do Grou, ou seja, tem Educação, sociedade e economia. Em termos de Educação, disse que ouviu as intervenções e parece que minimizam o que tem sido feito pelo executivo nas escolas. Recordou que há um mês e meio votaram a contratação de vinte Assistentes Operacionais e pôde verificar e sentir no seu dia a dia a diferença que esses Assistentes Operacionais fizeram para o trabalho e para a qualidade de vida dos alunos, facilitou a vida de cada um deles, pois passaram a ter emprego e facilitaram a dos professores, porque os permitiu trabalhar mais e melhor. Indicou que para os senhores Deputados parece coisas insignificantes, porque não talvez não saibam o que é trabalhar numa escola, dia a dia, sem nada, em que muitas vezes têm de fazer o impossível para as coisas funcionarem e quem se queixa que não há investimento na Educação não sabe o progresso que tem acontecido neste último ano, inclusivamente ao nível dos alunos, pois por vezes esquecem-se que a escola não é uma despesa é um investimento, ninguém aprende de barriga vazia e aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse a respeito das refeições, é verdade, existe uma população estudantil com bastantes carências e se não tiverem satisfeitas com as necessidades básicas não vão aprender, por isso, concorda que a Educação seja o primeiro princípio das Grandes Opções do Plano, porque a Educação vai exigir melhores condições de habitação, melhores empregos e vai obrigar como município, como executivo e como Assembleia Municipal a pensar em hipóteses futuras para os estudantes, porque com estas medida estão a promover a diminuição do abandono escolar e da marginalidade. Expressou que teriam de encontrar uma forma de assegurar os alunos no concelho a nível profissional, porque da experiência que têm não há emprego no concelho, ou são serviços ou os estudantes têm de ir embora.

Disse que leu o orçamento, achou-o interessante e corajoso, mas chegou à conclusão de que são doze meses num ano para o concretizar e não dá, é muito pouco e pouco dinheiro para tudo aquilo que o concelho precisa. Referiu que, na sua opinião, têm de priorizar e manter o foco no desenvolvimento humano que são estes três pilares, Educação, habitação, emprego e desenvolvimento económico.

Adiantou que se sente na rua e no contacto com as pessoas um estado de desespero social, as pessoas não encontram respostas, não têm emprego, às vezes não têm transporte para assumir outros empregos fora do concelho, porque há empregos que exigem transporte próprio e este estado de desespero social é causado por uma apatia económica e social que a Assembleia Municipal tem de tentar ajudar a resolver, porque a prioridade devem ser os munícipes e um concelho onde as pessoas possam concretizar as suas expectativas de vida e ser feliz.

Disse, ainda, que se votar favoravelmente será a pensar nas pessoas e nas possibilidades que a Educação abre ao resto, porque este orçamento não é exequível, mas se não o pensarem nunca o conseguirão fazer. Acrescentou que a sua preocupação passa sempre pela parte social, porque é a parte com que lida todos os dias e lidam com o presente e com o futuro do concelho. Disse que, na sua opinião, há uma lacuna nas

medidas de intervenção social, medidas concretas inclusivamente à proteção da infância que é muito importante e fundamental e dos idosos como já foi referido.

**Carlos Amaral (PS):**

Começou a sua intervenção, para análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, assinalando que a mesma seria feita a título pessoal e como sempre disse desde foi eleito desde que foi eleito neste órgão pela população de Peniche, como independente na lista do Partido Socialista, sem qualquer condicionalismo e livre no pensamento e na ação.

Disse que as Grandes Opções do Plano e respetivo Orçamento para o ano de 2024 refletem, obviamente, as opções que o senhor Presidente da Câmara tem para o concelho de Peniche.

Seguindo este pensamento, analisou os dois documentos. Quanto às GOP, disse que o documento, retirando os gráficos e alguns quadros, pareceu-lhe um documento idêntico ao que faziam na escola, portanto, o documento tem vinte e sete páginas onde estão plasmadas as Grandes Opções do Plano do senhor Presidente, Henrique Bertino, Para o concelho de Peniche, no ano 2024. Disse que o que a população quer saber e anseia por medidas e torna impossível uma melhor qualidade na vida, nas áreas mais críticas, tais como a Saúde, a Educação, a habitação, a ação social, a economia e segurança. Relativamente à segurança, pegando na Polícia Municipal, disse que não seriam sete e sim seis polícias municipais, e Peniche pode não ter o Orçamento de Cascais ou de Oeiras, mas terão uma Polícia Municipal, dentro dos trinta e cinco Municípios existentes no país. Sugeriu que fizessem um exercício, olhar para as GOP e ver o que se iria gastar e quem iriam gastar e o que está mencionado são valores totais, não faz referência ao que seria participado e o que seria despesa da Câmara Municipal, ou seja, não está dividido. Disse, ainda, que, segundo o senhor Presidente, Henrique Bertino, as prioridades são: habitação, através da Estratégia Local de Habitação, o desenvolvimento da zona industrial de Vale do Grou e a Educação. Em relação à primeira, referiu que a Estratégia Local de Habitação mereceu um parágrafo que diz, na página quinze: *“A Estratégia Local da Habitação, a parte dos projetos, está ainda em fase de contratação, reconhecidamente um atraso resultante da nossa incapacidade de desenvolver em tempo útil procedimentos administrativos de que precisamos, o que tem de sido, entretanto, ultrapassado.”*, portanto, os munícipes, no próximo ano, nesta grande prioridade terão nada. Ainda sobre este instrumento, deu três informações que sustentam todo o vazio e inoperância desta matéria: Um - a base para a concretização deste instrumento é que existe um diagnóstico das carências existentes, relativamente ao acesso à habitação. Dois, referiu que, em caso algum, na candidatura ao Primeiro Direito, que está inscrito no Orçamento, no lado da receita, de um milhão duzentos e sessenta e cinco mil euros para 2024, serão concedidos apoios deste programa totalmente cofinanciados sem que exista uma Estratégia Local de Habitação válida, ou seja, não havendo Estratégia Local de Habitação não haverá dinheiro e, por fim, consideram um prazo máximo de seis anos para existir as soluções habitacionais. Segunda prioridade, desenvolvimento da zona industrial de Vale do Grou, disse que o senhor Presidente da Câmara teve direito a um parágrafo onde utiliza uma linguagem básica e que espremido não traz qualquer explicação. Referiu que o senhor Presidente da Câmara fez uma apresentação sobre esta zona industrial da mesma forma que apresentou o parágrafo, ou seja, com base em suposições *“acho que vão para lá empresas, acho que podemos deslocalizar, acho que podemos atrair, etc...”*, isto tudo sem qualquer base de estudo, sem qualquer levantamento económico, sem qualquer ideia do tipo de empresas que se

quer colocar naquela zona e quantos empregos reais se pensa criar. Expressou que não pretendia ver naquela zona armazéns para guardar alfaias agrícolas, nem vestuário, nem barcos, portanto, não contem consigo para contribuir para uma especulação imobiliária. Adiantou que quando se diz “estabelecer definitivamente a zona industrial de Vale do Grou há muito esperado pelos investidores”, perguntou quem são os investidores, pois investidores como aqueles que vêm para Peniche para fechar equipamentos, mantê-los encerrados a troco de uma renda e criando estabilização na economia gostaria de os ver bem longe, portanto, estar na Assembleia Municipal para aprovar um empréstimo sem qualquer base de estudo económico, ou seja, passar um cheque em branco, quando existem necessidades prementes da população em tantas áreas, é de uma desonestidade intelectual, na sua opinião, gritante.

Disse que a responsabilidade inerente à gestão das Escolas, no domínio da transferência, não era uma prioridade municipal, era nacional, todos os município a têm e estes lamentos são anuais, mas o senhor Presidente da Câmara oi eleito para gerir e foi por isso que se fez rodear de pessoas da sua confiança, para o ajudar a ultrapassar as dificuldades, e não verificou na Educação, para 2024, nada de novo em relação ao ano anterior, mantendo reabilitações no Agrupamento que as dotações previstas são diminutas e reforçou as verbas pelo aumento dos recursos humanos.

Referiu que o documento das GOP privilegia cinco páginas destinadas à informatização do município, que nada tem contra, simplesmente mostra, mais uma vez, que em matérias realmente importantes na vida das pessoas ficam ideias vagas e suposições, sem qualquer base.

Relativamente aos recursos humanos, disse que o que estava escrito denotava uma constatação, falta de competência e de liderança em gestão de recursos humanos, e mais uma vez tinha um rosto, o do senhor Presidente da Câmara e do senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança. Recordou que na Assembleia Municipal referiu, aquando da aprovação da organização dos Serviços Municipais e do Organograma a duplicidade de atribuições entre Presidente de Câmara e Diretor Municipal, esperando que muitos dos atos já executados não estejam feridos de legalidade. Referiu que em matéria de recursos humanos é mencionada a avaliação ao funcionamento de alguns setores municipais, falta de empenho que por vezes sentimos em algumas áreas. Disse que pretendia ver o relatório de atividades e verificar a avaliação de desempenho do último biénio e ver quantos trabalhadores tiveram desempenho desadequado. Salientou a visão do senhor Presidente da Câmara: “é muito provável que possa a vir a substituir a gestão de alguns Setores Municipais da Administração Direta, por contratação de empreitadas ou outras formas de prestação de serviços, continuamos a arrumar a casa nos últimos seis anos.” Referiu que se o senhor Presidente da Câmara e o senhor Diretor Municipal tivessem alguns organismos públicos ou mesmo no setor privado, teriam cessado a comissão de serviço e teriam sido despedidos com justa causa, pois os senhores conseguem inverter todas as teorias motivacionais que existe gestão de recursos humanos com este tipo de mensagem que se encontra explicitas no documento das Grandes Opções do Plano, realçou que, em matéria de recursos humanos, que são o motor do município, pois só são possíveis existir candidaturas a fundos comunitários se as pessoas trabalharem para que tal aconteça. Disse, ainda, que gerir um município não é o mesmo que gerir uma Junta de Freguesia de maior dimensão, falar-se em formação dos recursos humanos do Município como essencial no desenvolvimento de competências e disponibilizar trinta e quatro mil e quinhentos euros para formação anual, não está nem mostra bem o trabalho de ambos, com alguma sorte e descontos

conseguiriam ter sete trabalhadores por mês a frequentar formações, contudo, gastam cem mil euros em estudos, pareceres e consultadoria. Questionou a que se referia, no Orçamento, a rubrica outros suplementos e prémios no valor de cem mil euros.

Acrescentou que esperava ver nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento alusões e ações referentes à Saúde, como por exemplo, a contratação de médicos de família através de protocolos com a Câmara Municipal, com o Ministério da Saúde ou com o Setor Privado para alguns municípios, que não têm médico de família, pudessem, juntamente com as Juntas de Freguesia, ter médicos para colmatar esta deficiência, protocolos com as farmácias, criar um cartão para as pessoas que não conseguem comprar medicamentos por terem menor rendimento, pensava ver protocolos com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) para as pessoas com carências económicas e com dificuldade em ter refeições diárias, no sentido de poderem utilizar espaços para obter uma refeição diária, cabazes alimentares conjuntamente com os supermercados e mercearias, mas não, aquilo que apresenta são pedidos de empréstimo para uma urbanização que não sabe para o que serve, quem vai servir e quando vai servir.

Disse que para a requalificação da Escola Básica de Peniche está estipulado dezasseis milhões a fundos comunitários, mas para 2024 irão gastar cem euros para aquisição de investimentos.

Referiu que para o Centro de Recolha Oficial Animal terá uma comparticipação na totalidade, para o ano 2024 ou 2025, no valor de seiscentos e trinta e seis mil euros.

Mencionou que para a aquisição de equipamentos infantis e desportivos e superfícies de amortecimento nos recreios de Jardins de Infância e Escolas Básicas seriam dez mil euros.

Indicou que os passadiços do Molhe Leste, Supertubos e Consolação serão comparticipados e este ano está referido que o valor de comparticipação é de oitenta e cinco euros, mas a Câmara Municipal entrará com quinze euros, no entanto, vale dois milhões de euros, sendo que um milhão de euros está previsto para o ano de 2025, que será ano de eleições.

Disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tem uma obra contemplada, a da Rua Principal da Bufarda, um total de empréstimo de um milhão de euros, mas em 2024, colocar-se-á setecentos e vinte e nove euros.

Expressou que no Orçamento não é feita referência ao Monumento ao Homem do Mar, apenas fala em requalificação e beneficiação de obras de arte.

Disse que enquanto eleitos locais a responsabilidade para com a população que os elegeu é direta e intransmissível e não se devem esconder em formalismos para deixar de dizer o que têm de dizer, indicou que o Orçamento para o ano de 2024, num ano que será inevitavelmente de instabilidade política e onde os fatores económicos são voláteis, não serve à população de Peniche, não responde aos seus anseios em áreas fulcrais do seu bem estar, e por entender que o senhor Presidente da Câmara e a sua equipa não reúnem a competência necessária para gerir os desígnios deste concelho, porque a visão do senhor Presidente da Câmara é reduzida e as propostas são uma mão cheia de nada, por todos os motivos anteriormente referidos votará contra a aprovação destes documentos. Acrescentou que o voto a favor destes documentos, da responsabilidade política do senhor Presidente da Câmara, por parte dos senhores Deputados desta Assembleia Municipal ou de Grupos Municipais, cola-os na integra e são coniventes com estas prioridades, ações e visão, com esta forma de gestão onde é revelado um completo amadorismo nestes cargos de elevada responsabilidade e com influência direta na vida das pessoas do concelho de Peniche no ano de 2024.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

A senhora Deputada Dina Carvalho tinha razão, até porque há coisas que não se consegue evidenciar nas Grandes Opções do Plano. Referiu que nas GOP não consta que o município suporta a cem por cento os passes de todos os alunos que precisam de transporte, nas GOP não é referido o valor exato que o município suporta em relação às refeições, a maior preocupação não é o dinheiro que gastam, porque é bem gasto, a maior preocupação é se as refeições são de qualidade e se alguém fica para trás e logicamente que hoje são muito mais as crianças que comem na escola e, também, porque cada vez mais há crianças que gostam de comer na escola, por outro lado, também não se mencionou o esforço que a Câmara Municipal tem feito no investimento de substituição de algumas salas que herdou, nomeadamente na Escola Secundária de Peniche, dentro da medida do possível, as GOP não evidência a preocupação relativa ao aumento em termos de materiais para fotocópias e dos valores que dão para a atividade dos próprios alunos e, para além da necessidade de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos para além do rácio, a Câmara Municipal suporta e logicamente pretendem fazer um equilíbrio e que a gestão seja bem feita e que não se gaste verbas desnecessários, mas não há dúvida nenhuma de que o investimento que têm poderá faltar em outro lado, mas na Educação não irá faltar e todos os alunos com dificuldades motoras são transportados a casa de táxi, de ambulância ou através de outras empresas. Indicou que seguramente existem concelhos no Oeste com mais condições financeiras do que o concelho de Peniche e os passes são suportados a 50% e a Câmara Municipal decidiu suportar a 100%. Sabem que a fiscalização tem de ser melhorada, assim como têm de melhorar a questão dos transportes no concelho e assumir mais responsabilidades, dentro daquilo que é a gestão financeira.

A Câmara Municipal assumiu a transferência de competências do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) que tem duas técnicas a trabalhar, criaram recentemente o Núcleo de Apoio às Crianças, nomeadamente às crianças desfavorecidas, apresentaram uma candidatura a um programa de apoio, avaliação e diagnóstico à criança, de cerca de cem mil euros, denominado de Radar que irá permitir contratar dois técnicos e imputar os custos de um técnico do Município.

Estão a ser feitos investimentos no edifício onde funcionava a antiga Cooperativa de Consumo que a Câmara Municipal adquiriu para transferir os serviços da Área Social e servir melhor a população, assim como estão a ser tomadas decisões em relação a outras coisas.

Quando se refere que, em termos de Cultura, há pouco investimento, indicou que o investimento que se vai fazer no Centro Cívico Intergeracional, nomeadamente em termos de equipamentos, de tecnologia e outras áreas que ainda estão a ser trabalhadas, poderá rondar os quinhentos mil euros e também não está evidenciado, pois há verbas que são abertas e por isso há transferência de verbas de umas rubricas para outras, é de acordo como se gasta o dinheiro e a disponibilidade que existe em cada momento, isso é uma gestão orçamental que é, na sua opinião, normal.

Existem decisões que terão de ser tomadas e a proposta para serem os Municípios a contratar médicos era uma grande vantagem para quem de os contratar, no caso o Estado Central, até porque a questão das rendas é questionada e outros fatores. Deu conta que procuraram, por proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e do senhor Afonso Clara, ex-Vereador, ajudar a contratar através da

Administração Regional de Saúde, pois a Câmara Municipal não pode fazê-lo, contratar uma médica.

Em relação à zona industrial do Vale do Grou, Polícia Municipal e outras questões que foram referidas, pode ser uma grande incompetência do Presidente da Câmara, mas são opções, e alguém tem de dizer que não, assim como a videovigilância na Ribeira Velha, no Baleal, na rotunda da Nossa Senhora da Boa Viagem é uma questão estratégica para perceber alguns movimento, até porque já viu o sistema a funcionar numa cidade do distrito de Leiria e, na sua opinião, é uma mais-valia, mas se não quiserem tudo bem, não poderão é acusar o Presidente, Henrique Bertino, de não querer.

A Estratégia Local de Habitação foi aprovada em 2020, está pensada e apresentada há muito tempo e a estratégia é conseguir os fundos comunitários que estão disponíveis, mas infelizmente não conseguiram ainda apresentar esses projetos de execução, mas a candidatura está aprovada. Lembrou que houve eleições em 2021, e em 2020 já a Estratégia Local de Habitação tinha sido aprovada e está definido, no entanto, o executivo municipal tem de definir algumas das medidas que lhes serão apresentadas.

Em relação à zona industrial do Vale do Grou, foi apresentada uma candidatura aos fundos comunitários que tinha duas insuficiências básicas, uma delas era não haver o compromisso de promessas de compra e venda com os proprietários dos terrenos, e evidenciaram quando na altura havia interessados e com toda a incompetência que tem, informou que, há duas semanas, recebeu uma empresa e aquilo que lhes disse foi que se o Município não aceitasse esta estratégia e esta fonte de financiamento, os chamaria para lhes disponibilizar os contactos dos proprietários para o caso de quererem avançar sozinhos. Adiantou que se trata de uma empresa que tem uma média de salários muito interessante, que tem produtos inovadores e está a produzir noutra concelho, mas tem muita vontade de se fixar em Peniche.

De facto, todos os Municípios têm a responsabilidade da Educação, mas em termos políticos, nem todos assumem aquilo que o Município de Peniche entendeu assumir.

Em relação à falta de competência, aquilo que escreveu foi propositado, porque há trabalhadores que não têm rentabilidade em termos de serviço e a Câmara Municipal, num determinado momento, terá de tomar decisões, porque em determinados setores não terá número suficiente de trabalhadores e é necessário estar bem preparados noutros setores, nomeadamente, no setor da contratação para que quando hajam empreitadas e concursos as coisas avancem rapidamente.

Sobre as Piscinas Municipais, foi contratada uma empresa e, atualmente, o custo com a limpeza das piscinas é menor.

Em relação à segurança, foram obrigados, em determinados momentos, a fazê-lo.

Experimentaram durante três anos ter uma empresa para fazer a limpeza das ruas, mas nem sempre correu bem.

A limpeza das praias é feita por uma empresa contratada e, até à data, tem funcionado bem.

Os cem mil euros referidos pelo senhor Deputado Carlos Amaral foi uma conquista da Coligação Democrata Unitária e dos sindicatos e tem que ver com os subsídios de penosidade e salubridade que, na sua opinião, é justo, até porque o nível de salários da grande maioria dos trabalhadores do setor da higiene e limpeza não é um incentivo. Relativamente à avaliação do SIADAP, explicou que a avaliação não depende

de si, porque se dependesse, havia com certeza alguns inadequados e, felizmente, são muito poucos.

A Câmara Municipal apoia muitas situações e nem sempre falam delas, mas existem cabazes alimentares, apoiam Instituições que dão refeições a quem precisa, contudo, existem critérios, porque há situações de abuso. Referiu que existe apoio ao arrendamento, aderiram também ao apoio aos medicamentos para pessoas carenciadas e outros.

A Câmara Municipal só consegue apresentar candidaturas a fundos comunitários após a CCDR avançar com os avisos, no entanto, o que estão a tentar fazer é que antes da abertura dos avisos tenham os projetos de execução preparados e já existem alguns. Referiu que se, na próxima semana, o Governo aprovar a candidatura da Escola Básica de Peniche, a Câmara Municipal está em condições de, no imediato, lançar o concurso.

Esta semana, foi implantado um parque infantil no Jardim do Baluarte. Indicou que a previsão será, durante a primavera do próximo ano, implantado o parque infantil do Jardim Principal e não foi antes por terem estado a decorrer as obras das Muralhas, está a decorrer um procedimento para a aquisição de quatro ou cinco parques infantis para as escolas.

Os passadiços só avançarão se houver candidatura.

Estão a tentar obter uma candidatura para a Rua Principal da Bufarda, na freguesia de Atouguia da Baleia, e a Rua Nossa Senhora da Guia, na freguesia de Ferrel, porque são obras significativas, mas querem também avaliar com as Juntas de Freguesia se existem condições de, em parceria, iniciar as obras, em 2024, através de contratos de obra.

A denominação de obras de arte corresponde às pontes, nomeadamente, a ponte de Ribafria, a ponte do Lugar da Estrada, o pontão do Casal da Vala e outros.

O monumento ao Homem do Mar está a ser construído.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que quando ouviu falar na Polícia Municipal ficou com dúvidas, mas depois percebeu que com tanto investimento existente na cidade de Peniche teriam de colocar Polícias Municipais junto da rotunda de Porto de Lobos e junto à rotunda de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Referiu que quando se discute as GOP e o Orçamento de 2024, dois documentos importantes para o Município que contém as prioridades de quem, obviamente, dirige a Câmara Municipal. Disse que as GOP e o Orçamento deste mandato autárquico tinham uma particularidade, pois pela primeira vez neste mandato não existe o envolvimento dos senhores Vereadores do Partido Socialista na gestão partilhada com o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

Relativamente ao Orçamento, chamou à atenção que os orçamentos não são anuais, são plurianuais, uma evolução do POCAL para o SNC-AP, por isso existem rubricas com valores pequenos e outras com valores maiores.

Indicou que os documentos apresentados e votados, em sede de Câmara Municipal, foram aprovados por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e da Coligação Democrata Unitária e contra do Partido Social Democrata.

Disse que o poder local que hoje existe foi completamente descaracterizado por uma coisa que se chama desconcentração, tudo o que era do Estado passou para as

Autarquias e na Assembleia Municipal de Peniche, o Grupo da Coligação Democrata Unitária, ele próprio em particular, disseram que as competências na Área da Educação iriam ter um custo acrescido para o Município, aliás, a Comissão que acompanha a Transferência de Competências concluiu isso mesmo e os valores foram alterados, e terão de ser novamente alterados, porque o Município de Peniche é um dos que aderiu, mas continua a pagar coisas que não deveria pagar.

Referiu que, na sua opinião, o senhor Presidente da Câmara tem de ter uma intervenção mais crítica em relação a algumas matérias, por exemplo, na Área da Saúde tem de confrontar o Governo, pois não há apenas o problema do Serviço de Urgência, então e as Extensões de Saúde, é preciso elevar a voz, assim como é preciso elevar a voz relativamente à EDP, porque é uma vergonha aquilo que a EDP tem feito nesta região Oeste, não há investimento, ou seja, existem empresas que ganham milhões de lucro, porque não investem.

Em relação à Educação, disse que conhecia, porque teve este Pelouro e quando chegou à Câmara Municipal tinha dezoito mil refeições escolares por ano, quando saiu tinha cento e vinte e três mil por ano. Quanto à fruta escolar, referiu que também conhecia, foi a Coligação Democrata Unitária que criou o projeto na Câmara Municipal, as Atividades de Enriquecimento Curricular foi também a Coligação Democrata Unitária que as implementou e todas as crianças passaram a ter igualdade de circunstância no acesso à Educação e considera-as importantes.

Sobre os investimentos na Escolas Básicas, disse que não duvidava que os investimentos anteriormente referidos iriam condicionar o investimento naquilo que eram competências do Município, no primeiro ciclo e no pré-escolar, porque o dinheiro que vai para uma coisa não pode ir para outra, portanto, este vai ser um obstáculo, e quando foi dito relativamente ao que a Câmara Municipal atualmente paga do serviço de dívida, com os projetos anteriormente elencados, irá disparar.

Questionou por que razão a zona industrial do Vale do Grou merecia discussão, bastava ver o programa eleitoral das forças políticas concorrentes, todas dizem que querem a zona industrial de Vale do Grou, e será um erro não apostar naquela zona, por outro lado, o concelho de Peniche não pode ter uma economia dependente de alguns setores como tem tido até à data, o concelho de Peniche precisa da zona industrial de Vale do Grou, aliás, deu os parabéns ao investidor que adquiriu a Cerâmicas Rosário, que está neste momento a fazer uma intervenção e irá fazer dali um investimento e o concelho de Peniche precisa de indústria, não pode viver apenas do comércio.

Disse discordar de uma opção que está esplanada nas Grandes Opções do Plano, a Polícia Municipal e será um desastre para a Câmara Municipal enveredar por esta opção, em primeiro lugar porque será uma despesa e não faz sentido algum, por outro lado, cada vez que foi criado este tipo de solução em Câmaras Municipais houve um desinvestimento do poder central relativamente aos meios. Adiantou que a cidade de Peniche não necessita de mais polícia, a única zona que necessita de polícia é a zona rural e nesse caso terá de atuar a Guarda Nacional Republicana que não será para permanecer em Atouguia da Baleia, será para percorrer as vilas e as aldeias da zona rural.

Sobre o loteamento da Serrana, disse que o problema tem mais de trinta anos, houve facilitismo, porque os lotes de terreno que foram vendidos há trinta anos já não pertencem às mesmas pessoas.

Relativamente aos eventos, disse que tinha uma opinião contrária à do senhor Deputado Luís de Almeida, acha que os dois grandes eventos que o Município deve apostar mais deveria ser no Carnaval e na época do Natal. Referiu que o Carnaval está

nas veias da população do concelho de Peniche e pode ser uma mais-valia aqui como é nos outros concelhos e, na sua opinião, o investimento deveria ser superior e os grupos de Carnaval deveriam ter direito a mais dinheiro, porque aquilo que eles investem na qualidade do Carnaval é pago, no essencial, pelas pessoas que participam. Em relação à época de Natal, informou que, esta semana, viu uma reportagem interessante sobre Vigo, em Espanha, que faz uma aposta incrível na valorização da decoração de Natal e só ganha com isso, porque foram mais de uma centena de excursões de Portugal para ver, no primeiro dia, as decorações em Vigo, e Peniche tem de apostar na decoração de Natal.

Disse que a Câmara Municipal de Peniche fez há pouco tempo a venda de vários lotes de terreno, um deles junto ao Polidesportivo da freguesia da Serra d'El-Rei. Sugeriu que, caso não tenha sido vendido, que a Câmara Municipal o entregasse à Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, porque, para além de ter muita gente a contestar, terá a Lei do Ruído, uma vez que ele confina com o Polidesportivo.

Quanto às candidaturas, chamou à atenção que o problema das candidaturas aos fundos comunitários tinha que ver com o facto de os avisos não estarem publicados.

Disse que o Campeonato do Mundo de Surf não merecia discussão, Peniche não pode deixar este evento sair daqui e todos sabiam que Cascais já o tentou levar.

Deu conta que a Freguesia da Serra d'El-Rei apresentou no início deste mandato um documento à Câmara Municipal onde constavam aquilo que para a freguesia era essencial para este mandato, como por exemplo, o apoio ao Parque Urbano, o apoio ao Parque Etnográfico, a questão de encontrar uma solução financeira para o relvado sintético da Serrana e outros, e deste conjunto de questões obtiveram resposta a todos eles. Disse, ainda, que relativamente à discussão que fizeram deste documento chamaram à atenção e não gostaram rigorosamente nada da relação que houve entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia nos últimos dois anos, por isso defendem que deveria ser melhorada a mesma, aliás, ficou à beira de um ataque de nervos quando viu, na última Assembleia Municipal, o líder da Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche fazer um louvor ao senhor ex Vice-Presidente da Câmara, Afonso Clara, e depois ouviu comentários sobre o mesmo.

Referiu que, na sua opinião, foi um erro não se fazer a atualização dos valores dos Autos de Transferência de Recursos, e ainda bem que se voltou atrás. Referiu que, durante este processo, os quatro Presidentes de Junta de Freguesia estiveram muito bem, porque trabalharam coletivamente, a Assembleia Municipal esteve muito bem também, porque aprovou o documento e os senhores Vereadores da Câmara Municipal estiveram todos muito bem, porque deram eco às pretensões das Juntas de Freguesia. Adiantou que, no último mês, houve uma alteração substantiva e espera que se estenda até ao final do mandato, porque uma guerra entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia é mau em qualquer concelho, até porque quando os quatro Presidentes de Junta de Freguesia quiserem boicotar o concelho fá-lo-ão e a população fica do seu lado, portanto, na sua opinião, há uma questão de respeito institucional que é preciso preservar, melhorar e ultrapassar. Deu conta que receberam a informação de que a atualização seria presente a reunião de Câmara e que seria de 7,3%, que a partir do próximo ano ela seria feita de acordo com a taxa de inflação que o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) anunciar.

Referiu que a estrada do Báltico não serve apenas a Serra d'El-Rei, porque parte dos trabalhadores que trabalham no Báltico são da Serra d'El-Rei, de Ferrel e de Atouguia da Baleia e, naturalmente, ainda beneficiam dos estrangeiros que ali se encontram e que fazem, obviamente, a sua vida mais próxima da freguesia da Serra d'El-Rei. Chamou à

atenção de que, por razões de segurança, precisam da conclusão desta obra, mas o troço do entroncamento da estrada para o Báltico até aos Casais de Mestre Mendo também precisa de intervenção.

Acrescentou que a história da relação com as freguesias não foi sempre igual. Relatou quatro dados essenciais: com o Partido Social Democrata na Câmara Municipal não existia delegação de competências com as Juntas de Freguesia, com o Partido Socialista foi criado o primeiro protocolo de delegação de competências com as freguesias rurais, com a Coligação Democrata Unitária o protocolo foi alargado às seis freguesias, que passaram de seis para quatro, portanto, a relação entre freguesias e o Município, desde a criação dos cinquenta anos do poder local, foi assim.

**José Monteiro (CDU):**

Disse que, na sua opinião, a Educação é um motivo de reflexão e é uma prioridade para o Município, no entanto, questionou se a transferência de competências foi um presente envenenado, se não estavam preparados ou se, de facto, não conseguiram adaptar-se a esta situação, pois na verdade há uma sobrecarga de recursos humanos, portanto, existe algo que merece uma reflexão cuidada, tendo em conta que muito em breve poderão ter de aceitar também a transferência de competências na Área da Saúde.

Referiu que, na página vinte e dois do documento das Grandes Opções do Plano está escrito que se aguarda pela conclusão do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.

Perguntou se a Marina Urbana não está incluída no documento, porque deixou de constar das opções do Executivo.

Indicou que no elenco de várias verbas, há uma no valor de cinquenta mil euros para o edifício sito Nau dos Corvos, perguntou qual era o objetivo.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Em relação à questão da energia, nomeadamente a E-Redes, irão reunir com a outra empresa e já solicitou, em determinado momento, às Juntas de Freguesia que comunicassem à Câmara Municipal quais são os investimentos.

Sempre manifestou pouca preocupação em relação ao endividamento da Câmara Municipal, desde que ela seja de investimento, que não seja de dinheiro mal gasto, ou seja, não é mau a Câmara Municipal ter uma dívida superior à existente desde que recebam verbas para fazer o investimento.

O processo relativo à Polícia Municipal foi a reunião de Câmara e foi votado por maioria e se os grupos parlamentares com acento na Assembleia Municipal entenderem que não será para avançar, que digam já e como referiu anteriormente não quer ficar responsável por isso, no entanto, acha que é uma prioridade, entende que é um investimento substancial e terão de obter receitas, mas se não querem não será imposto.

Relativamente ao Carnaval e ao Natal, tinha a mesma opinião e ao olhar para a iluminação de Natal deste ano há coisas que estão melhores e outras que são insuficientes, e acha que tinham de fazer mais, assim como o Carnaval, têm de fazer mais e tentar procurar encontrar patrocínios e neste aspeto há insuficiência no concelho de Peniche. Comprometeu-se, para 2024, fazer melhor.

Em relação à *World Surf League* (WSL), estava de acordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, mas a prova manteve-se em Peniche pela firmeza do senhor ex Presidente da Câmara, António José Correia, e também

dos surfistas que estiveram sempre do nosso lado e não prescindiram da onda dos Super Tubos.

O senhor ex Vereador, Afonso Clara fez o melhor possível e não há crítica alguma em relação ao mesmo.

Sobre a transferência de competências, o concelho de Peniche não estava preparado, assim como nenhum concelho estava preparado e, na sua opinião, foi feita de uma forma precipitada, deveria ter sido dado mais tempo. Referiu que teriam de melhorar muito, mas tem muitas dúvidas se, para as crianças e pais do concelho, não será melhor assim. Adiantou que se estão a ajustar em algumas áreas, que a contratação dos Assistentes Operacionais, este ano, tinha tudo para correr bem, no entanto, correu mal, mas aprenderam todos e está resolvido no imediato. Disse, ainda, que espera antecipar as medidas para que aconteçam situações menos agradáveis. Acrescentou que a dimensão de hoje na Educação é diferente de há alguns anos, mas a criação da divisão, a existência de uma Chefe de Divisão tem dado resultado, os profissionais do município estão a trabalhar bem e tem estado a evoluir.

A Saúde nada tem de ver, em termos de transferência de competências, com a área da Educação, a Saúde é residual em relação à Educação, no caso do concelho de Peniche, em Ferrel e Serra d'El-Rei funciona nas respetivas Juntas de Freguesia, Atouguia da Baleia funciona na Santa Casa da Misericórdia e já estão a prever que, logo que a Câmara Municipal assuma, as Juntas de Freguesia solicitem uma participação maior. Expressou que o preocupava a questão do Centro de Saúde de Peniche, em termos de instalações, porque, na sua opinião, foi uma má opção. Referiu que, na sua opinião, se a Câmara Municipal defender que o Poder Local faz melhor que o Poder Central, também tem de o assumir, no entanto, a componente financeira é insuficiente.

O Plano de Mobilidade está contratado e deve estar na fase final e será para ver a mobilidade como um todo e é uma peça fundamental para a aprovação de algumas candidaturas a fundos comunitários.

A Marina Urbana não foi esquecida, se houver oportunidade será agarrada. Referiu que na transferência de competências da zona portuária não aceitaram nem negociaram a Ribeira Velha, porque houve um investimento com fundos comunitários que foi o Quebra Mar, e durante cinco anos não é possível aceitar, mas acha que com a aceitação daquela área será mais fácil desenvolver o projeto da Marina Urbana, respeitando a zona de pesca e alterar de forma significativa a zona de recreio.

O edifício Nau dos Corvos, os cinquenta mil euros tinham que ver com o projeto. Relativamente à envolvente, referiu que nunca conseguiram que a Agência Portuguesa do Ambiente aprovasse o projeto apresentado pela Câmara Municipal e terão de retomar, mas neste momento não é a prioridade, a prioridade é elaborar o projeto e apresentá-lo à Câmara Municipal.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que uma percentagem do valor da taxa turística deveria ser dada às quatro freguesias, porque todas as atividades que fazem são pagas pelas mesmas.

Em relação aos imóveis, disse que não estava preocupado com o valor dos terrenos, até porque a Câmara Municipal só poderia negociar depois de solicitar a uma entidade externa a avaliação do terreno, portanto, nenhum Vereador da Câmara Municipal tomará decisões sem ter a avaliação.

**José Monteiro (CDU):**

Considerado a resposta dada relativamente à Nau dos Corvos, ficou esclarecido, contudo, questionou se este era um dos problemas que está a colocar dificuldades nesta concessão.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que desconhecia o lote que colocaram em venda, no entanto, disponibilizar-se-ia para se deslocar à Serra d'El-Rei, no sentido de perceber, porque o lote que se colocou à venda foi por engano, o que deveria ter sido colocado em venda era o do edifício que foi adquirido para Museu.

Referiu que sempre se pensou num projeto inovador para a Nau dos Corvos, mas o mesmo não seria executado pela Câmara Municipal, estão a procurar que um privado possa pegar naquilo, através de uma candidatura, porque, provavelmente a Câmara Municipal terá muitas dificuldades em consegui-la.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que:

Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, a agricultura não é referida nas GOP, a pesca e os pescadores são mencionados em três momentos, eventualmente, pelo monumento ao Homem do Mar, que lhe parece diminutivo, face a estas duas atividades que compõem a génese do Concelho.

Lhe parece justo referir a Guarda Nacional Republicana na zona rural, porque, hoje, para corresponder às intempéries, além dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e dos Bombeiros de Peniche, também tiveram um grande apoio da GNR e há cerca de três semanas assistiu um idoso que estava a ser burlado, contactou a GNR que de imediato se deslocou ao local.

Em relação às intervenções que o senhor Presidente da Câmara vai deixando escapar e que referiu com outro fulgor no ano passado, de que o Estado lhe tinha tirado duzentos mil euros, não era verdade, porque o Estado transfere o que está previsto o regime financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais e esta transferência é calculada num rácio com base na coleta de impostos: IRS, IRC e IVA, em 21,5%, portanto, 19,5% para o Fundo de Equilíbrio Financeiro e 2% para o Fundo Social Municipal e tem como referência o ano N-2, ou seja, quando falam em 2022 tem referência a 2020, e todos sabiam que em 2020 houve a pandemia e, naturalmente, a coleta de impostos foi diferente. Referiu que as transferências do Estado no próximo ano serão muito superiores e no ano seguinte serão recorde, porque o concelho de Peniche teve uma coleta recorde este ano, no que diz respeito a impostos, e ao verificar os documentos disponibilizados constatam que em 2021, seis milhões e quatrocentos mil euros, em 2022, cinco milhões e setecentos mil euros, em 2023, seis milhões e cem mil euros e em 2024, onze milhões e duzentos mil euros, isto porque, a partir de 2019, o Governo deu a todos os Municípios do país passou a transferir um valor que está previsto no artigo 35.º da Lei das Finanças Locais que corresponde a umas variações, aquilo que está previsto para o próximo ano é uma milhão e meio de euros para Peniche, e isto sim foi introduzido e disponibilizado pelo Governo. Informou que uma outra novidade, que remota a 2020 é o IVA, em 7,5% dos transportes, hotelaria, comunicações e outros, que no próximo ano prevê trezentos mil euros, mais uma vez foi o Governo que deu.

O mapa das transferências de competências da Administração Central para as Administração Local tem uma nova coluna de descentralização que no caso do Município de Peniche cerca de quatro milhões de euros, portanto, o Governo está para o Município

de Peniche e para todos os Municípios do país. Disse, ainda, que, além disto, o senhor Presidente da Câmara não o tem referido, mas a ADSE, também por decisão superior, deixará de ser paga pelos Municípios e pelas Juntas de Freguesia que, no caso do Município de Peniche são cerca de duzentos mil euros, ou seja, estão a falar de muitos valores onde o Governo auxilia os Municípios. Outra das coisas que não é referida é que a cobrança de IMI, de IMT que este ano ultrapassou a cobrança de IMI, a tendência de subida do IUC e da Derrama tem vindo a trazer mais receita ao município, portanto, o Município de Peniche tem tido muitos recursos financeiros que, de facto, não te sabido gerir.

Relativamente à tabela de taxas e preços, além das multas de estacionamento que passaram da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária (ANSR) para a Câmara Municipal, são tudo alterações legislativas propostas num quadro e parte de quem está a governar e o senhor Presidente da Câmara tem recebido estes inputs financeiros.

Em relação à tabela de taxas e licenças da Câmara Municipal, deve estar para rever há dois anos e além desta tabela são todos os regulamentos que podem ter envolvimento financeira e no Município de Peniche são regulamentos para não rever.

No que diz respeito à Freguesia de Ferrel, em 2018, a Bancada do Partido Socialista votou contra o Orçamento Municipal e a Junta de Freguesia de Ferrel votou a favor do mesmo, porque tinha havido compromissos de que se iriam fazer coisas e, tal como a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, a Junta de Freguesia de Ferrel fez sempre documentos para o mandato autárquico, fizeram-no em 2017 e em 2021, mas não têm resposta a praticamente nada e quase nada está resolvido.

Relativamente ao cemitério de Ferrel, durante os últimos seis anos de governação, desapareceram quarenta mil euros que foram previstos e não foram investidos e ninguém sabe onde eles estão.

Em relação à obra do centro de Ferrel, o Largo Nossa Senhora da Guia, entre outras ruas, desapareceram cento e trinta mil euros que foram previstos e não foram investidos e ninguém sabe onde eles estão.

Quanto ao ordenamento da Ilha do Baleal, está previsto cento e cinco mil euros que também desapareceu, não foi investido e ninguém sabe onde ele está.

Há pouco referiu-se que estaria na transferência para as freguesias uma verba para o cemitério de Ferrel, contudo, quarenta mil euros é manifestamente insuficiente e perguntou o que foi feito dos quarenta mil euros relativos ao ano de 2022. Referiu que em 2023 estava previsto transferir para as freguesias oitenta mil euros, além dos quinze mil euros que aprovaram para a Freguesia da Serra d'El-Rei, e bem, e dos oito mil euros que deveriam ter sido pagos à Freguesia de Peniche, sobravam oitenta e cinco mil euros e, por acaso, ouviu dizer que estariam destinados cinquenta mil euros para a Freguesia de Ferrel, no entanto, houve o compromisso e não foi cumprido, depois não poderiam pedir que as Juntas de Freguesia pensassem que quarenta mil euros, das transferências para as freguesias fossem cumpridos sem haver um compromisso prévio.

Em relação à Escola Primária, a título de exemplo, a Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, referiu que estaria disponível para fazer o acordo com a Junta de Freguesia de Ferrel para investir nas obras, porque o que se passa naquela escola é do terceiro mundo, mas nada foi dito à Junta de Freguesia e nada ficou comprometido.

Relativamente à transferência de competências, era importante lembrar que foi o Partido Socialista o único a fazer delegações de competências sem imposição legal, a Coligação Democrata Unitária fê-lo depois da Lei n.º 75. Referiu que, obviamente, não era segredo nem passaram despercebido os emails que receberam no decorrer desta

semana, de tal forma que o fez recordar que, em 2022, no dia de votar o Orçamento houve a tão esperada reunião e gostaria de saber qual a razão de apenas hoje ter surgido uma proposta, uma vez que não está nas GOP, não há acordos com a Junta de Freguesia, que a Câmara Municipal não esteve disponível para criar compromissos. Por outro lado, ouviu uma reunião de Câmara onde foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que teria de fazer a avaliação e que desde 2017 não a conseguia fazer, mas, hoje, à data da aprovação do Orçamento conseguiu aparecer com uma percentagem, aparentemente sem avaliação, porque não sabem o que foi avaliado, não participaram da mesma, no entanto, apareceu uma proposta, curiosamente no dia de hoje. Disse que, na sua perspetiva, e esta opinião apenas o vinculava a ele próprio, a transferência de competências ainda não acabou e mantém a esperança nos senhores Vereadores da chamada oposição para que os possam auxiliar, porque não acredita que seja de forma simples.

Em 2019, votaram a favor e saíram com a expectativa defraudada, têm compromissos que foram assumidos com a população por parte do senhor Presidente da Câmara, em 2017, que não estão cumpridos mesmo tendo havido mais do que oportunidades, capacidade e disponibilidade financeira para se poder fazer.

Gostaria de esclarecer que o problema nunca foi o senhor Afonso Clara, nem será a senhora Vereadora. Deixou claro que receberam os emails enviados pela senhora Vereadora Ana Rita Petinga com os compromissos, acredita na vontade que a senhora Vereadora tem para resolver este assunto, assim como acredita na vontade que o senhor Vereador Afonso Clara tinha de o resolver e se a senhora Vice-Presidente fosse a Presidente da Câmara bastava o email que lhe enviou para votar a favor do Orçamento.

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Começou por dizer que não verificou qualquer verba para o Forte da Consolação, certo é que aquela obra está parada há imenso tempo e, uma vez que não há investimento, pelo menos que se limpe o lixo que ali se encontra.

Disse que ficou admirado por ver em orçamento uma verba de cem euros de investimento para parque de caravanas para a Consolação e gostava de saber se este valor seria para roçar o terreno que a Câmara Municipal adquiriu para alargar o parque de caravanas.

Em relação ao apoio para as freguesias, concordou com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, e os quarenta mil euros serão para o cemitério de Ferrel, para acabar a obra de alargamento do cemitério de Atouguia da Baleia, para atribuir os 50% da aquisição do trator à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia. Disse que esta é uma verba.

Em termos de orçamento, disse que não viu nada mencionada para a estrada que liga Atouguia da Baleia ao Lugar da Estrada que, na sua opinião, é uma obra muito prioritária e deveria constar em orçamento.

Relativamente à iluminação de Natal, perguntou qual a razão de apenas a cidade ter direito a iluminação de Natal. O mesmo acontece com as iniciativas culturais.

Disse que concordava com o Carnaval em Peniche, mas é contra o Carnaval de Verão, na sua opinião, deveria apostar-se em marchas populares.

Referiu que apenas vê investimento de parques infantis na cidade, qual a razão de as aldeias e as outras freguesias não terem direito a parques infantis.

Foi dito pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, na sua intervenção, que recebeu uma proposta, mas a Freguesia de Atouguia da Baleia não recebeu qualquer proposta.

**José Pedrosa (PS):**

Disse que gostaria de perceber que intervenção está a ser efetuada na antiga Cooperativa dos Pescadores, que tem um orçamento de quarenta mil euros.

Perguntou a que correspondia os trinta mil euros destinados à Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS) e setenta e nove mil novecentos e cinquenta euros relativo ao Sistema de Otimização de Circuitos de Recolha de Resíduos Urbanos, porque pensou que estas questões eram dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e gostaria de saber porque é da responsabilidade da Câmara Municipal.

Relativamente aos melhoramentos da Ilha da Berlenga, disse que está em orçamento uma verba de cinquenta mil euros e pretende saber qual a receita que a Câmara Municipal auferir da ilha.

Deu os parabéns ao senhor Deputado Luís de Almeida pela coragem em abordar o problema do Carnaval em Peniche, ou seja, achar que Peniche dedica ao Carnaval aquilo que as pessoas entendem ser suficiente. Referiu que o problema, e pegando numa afirmação que foi dita pela senhora Deputada Dina Carvalho, é importante a Educação, mas também é importante a Cultura, e dedicar à Cultura em Peniche oitenta mil euros para o Carnaval acha que é extremamente insuficiente e a Cultura é muito importante. Expressou que gostava que a Câmara Municipal, aproveitando uma estrutura que está a ser feita pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche pense numa forma de a rentabilizar dedicando mais verbas, tempo e capacidade de imaginação para aculturar muitos mais a população de Peniche, porque não basta gastar duzentos mil euros em atividades desportivas ou outras atividades.

Relativamente a uma afirmação que foi feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu que o mesmo deveria trocar a preocupação que tem pelo facto de os senhores Vereadores do Partido Socialista terem denunciado o acordo de participação na Câmara Municipal, pelas razões substantivas que levaram a essa denuncia, contudo, deu-lhe os parabéns por ter referido que trabalha há mais de trinta anos em prol das autarquias que, na sua opinião, tem-no feito com qualidade, especialmente erudita, pois é assim que fazem os políticos profissionais e espera que continue, porque de facto as autarquias, quer em termos de Freguesia, de Assembleia Municipal ou Câmara Municipal.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que "arrumar a casa" era organizar e, logicamente, todos dão lições de moral, todos resolvem os seus problemas, tudo funciona bem e só neste mandato funciona mal e espera, quando se for embora, que em vez de um milhão de euros para as Juntas de Freguesia sejam três milhões de euros, depois entendam-se em relação ao Carnaval e em relação a outras situações, mas terão de ver o contexto em que dizem as coisas.

Referiu que não iria falar da agricultura, da pesca e dos pescadores, porque não valeria a pena.

Disse que nunca ameaçou nenhum trabalhador da Câmara Municipal até à data de hoje, mas não abdica de reivindicar que alguns desses trabalhadores, mesmo que o

acusem de ter um procedimento incorreto e, na sua opinião, há trabalhadores que não se aplicam como deveriam e todos sabem quem se aplica e quem não se aplica.

Relativamente à questão dos duzentos mil euros que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, referiu, disse que se reportava ao ano passado, mas acha que o que referiu foi que houve subida de algumas coisas, mas em relação a uma determinada rubrica houve uma redução de duzentos mil euros, mas não se recorda qual, contudo, iriam verificar aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, referiu.

Em relação à questão das receitas e às transferências do Governo para os Município, referiu que estavam a fazer o que lhe é devido, é a aplicação da Lei das Finanças Locais.

Informou que não deu indicações à senhora Vereadora Ana Rita Petinga para enviar os emails e, na última Assembleia Municipal, havia assumido os 7,3% e para o futuro ver qual o valor da inflação de cada ano e aplicar a partir desse ano a inflação do ano anterior. Referiu que, em relação aos salários dos trabalhadores da Junta de Freguesia que a Câmara Municipal suporta, e bem, solicitou que se preparasse um protocolo.

Quanto às restantes transferências de competências, disse que era sério fazer a avaliação e deu como exemplo a Freguesia de Atouguia da Baleia que tem mais áreas que pode tratar do que as que trata e a Câmara Municipal quer fazer um acordo, logicamente, se a Junta de Freguesia quiser.

Disse que não poderiam esquecer um pormenor que é significativo e a Câmara Municipal tem de apresentar os mapas na Assembleia Municipal para explicar bem, nomeadamente evidenciar aquilo que mudou de forma significativa, nomeadamente, os salários mínimos que aumentaram todos os anos e deveria aumentar mais, o salário médio deveria ser superior.

Disse que têm rubricas no orçamento para uma determinada coisa e pelas alterações orçamentais, que por qualquer razão não são usadas, são transferidas, porque são precisas para outras coisas, mas a forma como se diz as coisas, nomeadamente que as verbas desapareceram.

Referiu que estão disponíveis para investir na escola.

Relativamente ao cemitério de Ferrel, disse que a verba é indiferente, não têm ainda a estimativa, mas quando a CCDR der o parecer favorável a Câmara Municipal estará disponível e logo se vê de que forma se realizará a obra.

Disse que o Forte da Consolação tem um problema e se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia entender poderiam reunir, com a presença dos técnicos municipais que estiveram envolvidos naquela empreita que poderão explicar tudo. Indicou que dos problemas prioritários para a Agência Portuguesa do Ambiente avaliar este será o primeiro, porque aquilo é da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente e estão a tentar que eles façam a avaliação e é preciso uma candidatura ou dinheiro. Em relação ao lixo, disse que se ainda lá está não deveria estar, porque já foram dadas orientações para o retirar.

Relativamente ao parque de autocaravanas, informou que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia deu um parecer, foi feita uma alteração que não alterou nada, terá de ser presente em reunião de Câmara e a obra será feita por administração direta.

Disse que a ligação de Atouguia da Baleia ao Lugar da Estrada estava referenciada, é um dos projetos que está em execução. Informou que o projeto da obra de arte de Ribafria estava feito e orçamentado, e seria para executar este ano. Acrescentou

que existe um compromisso assumido para a Ribafria, a questão da estrada pretendiam fazê-la em conjunto com o projeto da zona industrial de Vale do Grou.

Disse que os parques infantis serão para a cidade e para as escolas do concelho de Peniche, não se recorda de ter lhe ter sido proposto algum parque infantil para a Câmara Municipal executar.

Referiu que a intervenção da antiga Cooperativa dos Pescadores tem duas verbas, a que foi mencionada pelo senhor Deputado José Pedro é para 2024, mas tem uma verba referente a 2023. Referiu que a Câmara Municipal adquiriu o imóvel que é composto por cave e rés-do-chão, e no piso do rés-do-chão serão instalados os Serviços da Área Social, o Gabinete de Inserção Profissional e o SAAS.

Explicou que a taxa da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos é cobrada juntamente com a água e com o saneamento, mas é uma receitas do Município.

Em relação à Berlenga, referiu que algumas casas, o restaurante e o Castelinho são do Município, no entanto, é da opinião que deveria ser a reserva a fazer o investimento. Relativamente à taxa da carga humana, aguardam que lhes seja explicado, está uma reunião prevista para segunda-feira da próxima semana com os responsáveis do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas onde o assunto será abordado. Disse, ainda, que têm também marcada uma reunião com o Conselho da Reserva da Berlenga que exigiram também esta explicação. Referiu que pretende saber qual é o valor e para onde ele é encaminhado.

Relativamente à Cultura, está contemplada uma verba em orçamento no valor de novecentos e dez mil euros.

Sobre o multifunções da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, disse que a Câmara Municipal apoia o projeto e participará na sua gestão.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que, em relação à questão da Lei das Finanças Locais, o IVA e a ADSE, mas ainda bem que o Governo faz o que lhe compete, porque o Município de Peniche não faz a sua obrigação em relação às freguesias.

Lembrou que a Junta de Freguesia de Ferrel enviou um ofício à Câmara Municipal dando conta que existem duzentos metros quadrados de espaços verdes que se propuseram tratar e que não têm resposta.

Esclareceu que quando mencionou que as verbas desapareceram não quis colocar a questão para o campo pessoal, foi um termo utilizado, o que queria dizer foi que trocaram de rúbrica, mas basicamente não foi feito o que estava previsto.

Relembrou o senhor Presidente da Câmara que ficou por responder para onde foi a verba de quarenta mil euros referente à transferência de competências para as freguesias, relativos a 2022, ou os cinquenta e cinco mil euros, referentes a 2023, se assumirem os oito mil para a Freguesia de Peniche.

Em relação à escola primária, disse quando referiu haver compromissos não tem que ver com o email, porque se ele tivesse chegado votaria a favor, os compromissos têm que ver com a assinatura dos contratos, é uma questão de transparência.

Relativamente ao cemitério de Ferrel, referiu que a responsabilidade poderá estar no lado da CCDR e está a aguardar um esclarecimento, no entanto, lembrou que o assunto esteve parado na Câmara Municipal cerca de um ano e três meses.

Explicou a razão de não poder levar a sério que o senhor Presidente da Câmara assumisse os 7,3% sem que isso fosse um compromisso feito de forma diferente, pois, em

2017, em frente de um número considerável da população de Ferrel, no Natal, assumiu que iria fazer o cemitério, passados seis anos a realidade é a que conhecem.

Quanto à casa da curva, em Ferrel, lembrou que o senhor Presidente da Câmara sempre disse que não tinha qualquer problema em convidar o proprietário a estar presente numa Assembleia Municipal. Referiu que gostaria que isso acontecesse para que a verdade fosse desmascarada.

Adiantou que, no segundo ano de mandato do senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Orçamento Participativo, o senhor Presidente respondeu ao senhor Deputado Henrique Estrelinha que não o tinham feito, mas que no ano seguinte a verba desse e do ano seguinte seriam repostas, entanto, não poderá fazer Orçamento Participativo porque se andar para trás os anos que não fez, não chegará o orçamento da Câmara Municipal.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que o senhor Deputado José Pedrosa não ouviu com atenção o que referiu sobre os senhores Vereadores do Partido Socialista pelo que leu o que escreveu: *«estas são as terceiras GOP e Orçamento deste mandato autárquico com uma particularidade, sem o envolvimento dos Vereadores do Partido Socialista na gestão partilhada com a árvore, o acordo acabou no passado verão.»* Reforçou que não fez qualquer crítica, caracterizou apenas a realidade, na sua opinião, tudo isto é factual.

Acrescentou que, há vinte anos, tiveram uma das discussões mais ativas no poder local no concelho de Peniche, o Plano Diretor Municipal, e quando foi necessário votá-lo esteve do lado do Partido Social Democrata, senão teria sido reprovado. Relativamente ao sentido de voto, disse que cada um vota como quer e assume a responsabilidade do que vota e uma coisa que não é, hipócrita, quando tem de dizer mal di-lo e quando tem de dizer mais ou menos ou bem também o diz.

**José Pedrosa (PS):**

Disse que o PDM deve ter sido aprovado há mais de vinte anos, contudo, umas semanas antes, houve um projeto de urbanização de um município muito conhecido que teve de ser aprovado antes que o PDM fosse decidido.

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse que:

Relativamente às Grandes Opções do Plano para 2024, sentia a necessidade de justificar o seu voto e, nesse sentido, considerou fundamental dividir em duas grandes áreas essa avaliação para a tomada de decisão. Referiu que, em primeiro lugar, teriam de ter sempre uma estratégia de desenvolvimento económico e criação de emprego e se é verdade que não cabe à Câmara Municipal criar postos de trabalho, compete ao Município de Peniche criar um ambiente económico favorável à criação dos mesmos e pode, em muitos casos, ser o motor de arranque como é o caso da zona industrial de Vale do Grou. Deixou um apelo ao Executivo para acreditarem que é possível concretizar-se, num curto prazo, pois têm uma boa oportunidade para gerar consensos, até porque este é um objetivo que atinge as quatro freguesias do concelho de Peniche, e diriam ainda que este é um grande objetivo e simboliza uma estratégia global para todo o território. Adiantou que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, falou que as GOP não falavam muito na agricultura e nas pescas e a zona industrial do Vale do Grou poderá ser, de forma direta ou indireta, uma oportunidade para estes setores de

atividade. Referiu que, se por um lado, teriam de continuar a promover o desenvolvimento económico, por outro lado teriam de continuar a apostar naquilo que são as infraestruturas públicas que podem fazer a diferença, tal como o novo Centro Cívico Intergeracional. Perguntou se existe data prevista para a abertura. Expressou que ainda não esteve no interior do edifício, mas, pelo que consegue verificar do exterior, gosta muito dos materiais escolhidos e a cor, pois pensa que é uma estrutura muito bem conseguida, inclusivamente por alguns arranjos que foram efetuados na zona envolvente, e como já disse em outras alturas, espera que se saiba dar vida àquele espaço.

Destacou o quartel da Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia, um investimento por parte do Município de Peniche de cerca de trezentos mil euros que lhe parece fundamental, tendo em conta que é um grande objetivo da população e ao mesmo tempo dará condições aos militares da GNR que, atualmente, estão longe de ser as melhores.

Referiu que não menos importante é a questão do novo Hospital do Oeste. Disse que teriam de continuar a fazer deste, um grande objetivo a curto prazo e neste sentido, questionou o senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação deste projeto e se o assunto tem sido abordado na OesteCIM, pois nunca poderão esquecer que terão um novo hospital às portas do concelho de Peniche.

Deu nota que, ao abrigo de uma candidatura, têm assistido cada vez mais a espaços públicos bem cuidados e com a plantação de muitas árvores em Peniche. Sabendo que não é o Município de Peniche que define as características das candidaturas, perguntou se também existe a intenção de plantar mais árvores nas outras freguesias.

Relativamente à Educação, deu conta que foi anunciado, recentemente, que está a decorrer uma candidatura aos fundos comunitários para reabilitar e ampliar a Escola Básica 1,2,3 de Peniche e em simultâneo decorrem intervenções na escola, mesmo que insuficientes, a verdade é que sonha com o dia em que poderão ter as escolas impecáveis de forma a estarem completamente focados no sucesso educativo a vários níveis. Deu os parabéns ao Município pelo trabalho que está a desenvolver no Espaço Jovem de Peniche com as oficinas criativas, como é o caso da oficina de pintura a óleo, a oficina de escrita criativa e a oficina de retrato a lápis. Salientou que as inscrições são gratuitas e está definido decorrer até ao mês de dezembro. Questionou se seria para continuar.

Disse que iria votar favoravelmente, porque o documento das GOP tem desenvolvimento económico, tem infraestruturas públicas, tem Cultura, pois o novo Centro Cívico Intergeracional, um investimento superior a três milhões de euros, ao abrigo de uma candidatura dos fundos comunitários, será um grande objetivo para a Área da Cultura, tem segurança, tem Saúde, tem Educação, tem preservação do património com a 2.ª fase de reabilitação das Muralhas, tem mobilidade e preservação do património com é o caso da realocização da Estrada Marginal Norte. Destacou também a construção do novo reservatório de água em Ferrel, um compromisso assumido em 2021 que está e será certamente cumprido. Acrescentou que se estes objetivos se concretizarem terão mais qualidade de vida e serão mais competitivos a vários níveis, até porque Peniche tem um património cultural e humano que mais ninguém tem.

Fez referência ao equilíbrio orçamental sem nunca esquecer que houve uma descida nos Impostos, do IMI e do IRS, este último com grande impacto na população e também na comunicação social.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que, em relação às várias alterações ao orçamento que foram referidas, iria solicitar aos serviços que elaborem uma informação sobre as verbas que foram transferidas para outras rúbricas.

Relativamente ao Centro Cívico Intergeracional, referiu que aguardam a entrega do mobiliário e quando tiverem os equipamentos, pelo menos uma parte do CCI poderá entrar em funcionamento e é esse o objetivo.

Em relação ao Hospital do Oeste, disse que o procedimento que o senhor Ministro da Saúde se tinha comprometido, relativamente ao estudo do hospital, ou seja, a última fase, estava a ser desenvolvido e estava prevista inclusive uma rúbrica no orçamento para o efeito.

Disse que, relativamente às árvores, por vezes existem possibilidades de candidatura para zona urbana, logicamente, quando surgir uma candidatura para a zona rural aproveitarão.

Sobre o Ponto Jovem e as iniciativas que se tem desenvolvidas serão para continuar, até porque têm sido boas. Referiu que é gratificante verificar que em Peniche existem jovens artistas que surpreendem.

**Deliberação n.º 59/2023:** Submetida a proposta (n.º 2118/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com nove (9) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrata Unitária (1), seis (6) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrata Unitária (2) e pelo Partido Socialista (4), e nove (9) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), tendo o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usado o voto de qualidade, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, após se ter verificado empate na votação, aprovar as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2024.

O senhor José Joaquim Vitorino Pedrosa, eleito pelo Partido Socialista, não se encontrava na sala durante a votação deste assunto, pelo que não votou.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD) e a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP), informaram que iriam apresentar uma declaração de voto sobre este assunto.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal apresentou a seguinte declaração de voto sobre este assunto:

*«Declaração de Voto*

*Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024:*

*A proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2024 apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, fica aquém das expectativas criadas. O enunciado apresentado enferma pela ausência de ambição, contendo informação muito restrita e por vezes não relevante. Esperava um documento mais ousado. Contudo, entendo que se trata de uma proposta*

*que respeita alguns dos princípios e lançamento de atividades e projetos assumidos nos documentos do ano anterior e no qual o Partido Socialista participou.*

*Assim, considerando:*

*1 - que o documento encerra em si preocupações de natureza social, mormente no que respeita ao apoio às famílias carenciadas e à implementação da estratégia local de habitação;*

*2 - que se vislumbram preocupações, reveladoras de confiança, com o desenvolvimento de espaços que promovam o investimento necessários ao desenvolvimento social e económico do concelho;*

*3 - que a implementação da Carta Educativa aprovada, documento da máxima importância para o nosso território e que prepara a rede escolar para as novas realidades demográficas e exigências do ensino do século XXI, constitui uma preocupação do executivo;*

*4 - que a Educação é a âncora essencial à valorização do território e à melhoria das condições de vida, abrindo portas mais amplas de acesso a mercados de emprego mais qualificado e diferenciador;*

*5 - que não foi expresso um voto significativo de rejeição dos documentos do orçamento por parte da Assembleia;*

*6 - que os referidos documentos não foram, igualmente, expressivamente repudiados pelo conjunto dos vereadores da Câmara Municipal;*

*7 - que o Presidente da Assembleia Municipal deve ser o garante da estabilidade do funcionamento deste órgão pela letra do poder que a lei e o regimento lhe conferem, votei em consciência, após cuidada reflexão e ponderação, a favor do documento das Grandes Opções do Plano apresentado para o ano de 2024, a bem do superior valor da estabilidade da governação.»*

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serre d'El-Rei, apresentou a seguinte declaração de voto sobre este assunto:

*«Declaração de Voto*

*Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024:*

*O Presidente da Junta de Freguesia de Serra D'El-Rei, na sua qualidade de representante da população da vila de Serra D'El Rei, participou ativamente na apreciação e votação das Grandes Opções do Plano (GOP's) e do Orçamento para 2024 do Município de Peniche.*

*A Junta de Freguesia de Serra D'El-Rei apresentou um amplo conjunto de propostas ao Município de Peniche logo no início deste mandato autárquico. Apesar dessa iniciativa marcante, em termos de faseamento e de planeamento, enviámos uma proposta complementar no passado mês de novembro.*

*Em 2023, por pressão e iniciativa da Junta de Freguesia de Serra D'El-Rei, contribuiu para os seguintes apoios destinados à nossa terra: doação dos imóveis do Fórum da Serra e Museu D. Pedro I; apoio de 25.000,00 euros destinados ao Parque Etnográfico; a atualização dos Autos de Transferência de Recursos para as 4 freguesias do valor com efeitos imediatos e com retroativos a 1 de janeiro do corrente ano (uma aspiração justa das 4 freguesias do concelho).*

*Para 2024, além das recentes conquistas já referidas, propusemos e foi aceite que a atualização dos valores dos Autos de Transferência de Recursos sejam atualizados para 2024, de acordo com a taxa de inflação a divulgar pelo INE.*

*Propusemos e foi aceite um apoio de 15.000,00 euros destinados ao Campo de PADEL a ser construído pela Junta de Freguesia.*

*Propusemos e foi dada concordância a necessidade de concluir a pavimentação da Estrada de Serra D'El-Rei-Béltico. Defendemos ainda como prioridade a pavimentação da Estrada Serra D'El-Rei-Casais Mestre Mendo.*

*Propusemos ainda o apoio à obra da Ciclovia na Rua Luís de Camões, cujo Projeto aguarda aprovação desde 2021. Situação que aguarda por parecer técnico para o arranque desta importante obra.*

*Propusemos que parte do valor da Taxa Turística seja para a Câmara Municipal destinar às freguesias rurais para apoiar os eventos culturais, com vista a atrair o turismo, que as freguesias promovem ao longo do ano e não têm merecido qualquer apoio municipal.*

*No plano da relação institucional entre a Câmara Municipal de Peniche e as Freguesias, defendemos um virar de página na postura negativa, da inação e na relação municipal com as autarquias mais próximas das populações.*

*Por todas as razões descritas e porque o chumbo do Orçamento Municipal poderia ter consequências terríveis para as transferências destinadas às freguesias, com prejuízo desde logo para as populações, o Presidente da Junta de Freguesia assumiu uma postura responsável votando favoravelmente relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024.»*

A Bancada do Chega apresentou a seguinte declaração de voto sobre este assunto:

*«Declaração de Voto*

*Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024:*

*A Deputada Municipal pelo Partido CHEGA, Dina Carvalho, votou favoravelmente o ponto décimo da ordem de trabalhos, relativo às Grandes Opções do Plano, por considerar que o documento apresentado assenta em princípios basilares essenciais ao equilíbrio social e económico do Município: a Educação, a Habitação e a criação da Zona Industrial do Vale do Grou, que prevê o desenvolvimento económico do concelho, não só através da promoção da empregabilidade, como também da oportunidade de aqui se fixarem jovens. Este voto, consciente e refletido, assenta também no conhecimento concreto das mudanças positivas que se têm verificado nas nossas escolas, desde a melhoria das condições das instalações, ao aumento de auxiliares de ação educativa, ao suprimento das necessidades de alimentação e transporte dos alunos, o que contribui para a diminuição dos índices de absentismo e abandono escolar e, conseqüentemente, do número de crianças e jovens em risco. Posto isto, a Deputada eleita pelo CHEGA, defendendo o valor da Educação na construção de uma sociedade progressista e democrática, dá o seu voto de confiança ao documento apresentado, apesar de reconhecer que é demasiado ambicioso para tão curto espaço de tempo e recursos reduzidos. No entanto, a Deputada reconhece que, subjacente ao documento, está a consciência da necessidade de combater o estado de apatia económica e o desespero social que se têm instalado no Concelho e que comprometem o presente e o futuro.»*

A Bancada do Partido Social Democrata apresentou a seguinte declaração de voto sobre este assunto:

*«Declaração de Voto*

*Grandes Opções do Plano e Orçamento 2024:*

*O Partido Social Democrata votou desfavoravelmente as Grande Opções do Plano e o Orçamento para o próximo ano de 2024 porque mais uma vez os documentos constituem tão somente um meio de propaganda desfasado da realidade e das capacidades de realização do Município. Sistemáticamente assim tem ocorrido nos últimos anos apresentando os documentos da Câmara Municipal propostas com grandes bandeiras que depois não são executadas nem sequer programadas ou iniciadas. Assim sendo, não querendo dar cobertura a estes maíos de propaganda, não podíamos votar favoravelmente.»*

**15) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2024:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo quinto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 60/2023:** Submetida a proposta (n.º 2097/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com nove (9) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrata Unitária (1), seis (6) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrata Unitária (2) e pelo Partido Socialista (4), e nove (9) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), tendo o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usado o voto de qualidade, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, após se ter verificado empate na votação, aprovar os Documentos Previsionais Município de Peniche, para o ano de 2024.

O senhor José Joaquim Vitorino Pedrosa, eleito pelo Partido Socialista, não se encontrava na sala durante a votação deste assunto, pelo que não votou.

#### **16) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2024:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo sexto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 61/2023:** Submetida a proposta (n.º 2121/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com oito (8) votos a favor, pelos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pelo Chega (1), quinze (15) abstenções, pelos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e dois (2) votos contra, pelo senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2024.

#### **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

**Deliberação n.º 62/2023:** Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:**

Sendo duas horas e cinquenta minutos, do dia um de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

**APROVAÇÃO:**

A presente ata foi aprovada e assinada na primeira reunião da sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal, realizada no dia 19 de abril de 2024, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

*(assinado no original)*

---

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

*(assinado no original)*

---